



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA – PPGL

NATUREZA E DIREÇÕES DAS MUDANÇAS LEXICAIS OCORRIDAS NA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA DO SÉCULO XVII

Renata Lopes Gomes de Oliveira

Brasília
2008



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA – PPGL
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

Renata Lopes Gomes de Oliveira

**NATUREZA E DIREÇÕES DAS MUDANÇAS LEXICAIS
OCORRIDAS NA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA DO SÉCULO XVII**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Dissertação apresentada ao Departamento de
Lingüística, Português e Línguas Clássicas do
Instituto de Letras, da Universidade de Brasília,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Lingüística.

Brasília, fevereiro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. ^a Dr. ^a . Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (UnB)	(Presidente)
Prof. Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues (UnB)	(Membro)
Prof. ^a Dr. ^a . Enilde Leite de Jesus Faulstich (UnB)	(Membro)
Prof. ^a Dr. ^a Poliana Maria Alves (UnB)	(Suplente)

No norte ela é conhecida por nheên gatu, “a língua boa”, o que supõe a existência de outras línguas, mas esta é a boa, fosse porque era a língua dos civilizados ou melhor dos senhores da terra, ou porque simplesmente lhe reconhecessem uma certa superioridade sobre os demais dialetos (...) ou, ainda, porque ao contrário das outras, constituísse como traço de união entre todas as hordas de línguas diferentes.

Tastevin, 1923:8.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, por terem sido o apoio constante em todos estes anos e por serem exemplos que me guiam na vida. Nenhuma palavra expressa o que sinto por vocês.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral por sua dedicação e apoio que me foram dados no decorrer deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues pelos ensinamentos sobre as línguas indígenas e por sua disposição para tirar dúvidas e ensinar.

A todos os familiares importantes no apoio e paciência, em especial aos meus irmãos Rafael e Rogério, à minha tia Maria de Jesus, à Karen e ao meu primo Juliano.

À Dayane Negreiros pela amizade, carinho e incentivo.

Às amigas Rosária, Sonia e Adriana, pela amizade desde o início da graduação até os dias de hoje.

Aos amigos Renata, Heloísa, Pedro e Gabriela, que mesmo morando longe se fazem presentes de alguma forma. Pelo incentivo, compreensão e pelas risadas e conversas que alegram mais minha vida.

Ainda dentro dos amigos, uma que é e será para sempre, e que por isso merece um lugar especial nestes agradecimentos: Sara Domingos, pela amizade, apoio, pela presença constante e ânimo nos momentos em que eu mais precisei.

Aos amigos Delania, Patrícia e Flávio pela amizade.

Aos colegas do Laboratório de Línguas Indígenas: Juliana dos Santos, Eduardo Vasconcelos, Ana Lion, Juliana Alves e Carolina Aragon. Por terem, cada um à sua maneira, transmitido ajuda e incentivo.

Ao CNPq pela bolsa concedida.

A todos que de alguma forma ajudaram na elaboração deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação é um estudo comparativo lexical preliminar da Língua Geral Amazônica, falada durante o século XVII na região do Maranhão e Grão Pará, com a língua Tupinambá, a partir da qual a Língua Geral Amazônica se desenvolveu. Este estudo fundamenta-se no modelo teórico sobre línguas em contato proposto por Thomason e Kaufman (1988), e fundamenta-se também nos princípios da classificação genética do método comparativo, assim como na descrição da língua Tupinambá por Rodrigues (1981, 1985, 1996, 2000). Os resultados deste estudo trazem evidências lexicais e algumas evidências gramaticais sobre o desenvolvimento genético da Língua Geral Amazônica (Rodrigues 1985, 1986, 1993, 1996).

Palavras-chave: Tupinambá, Língua Geral Amazônica, Linguística Histórica, Línguas Indígenas.

ABSTRACT

This thesis is a preliminary comparative lexical study of the *Lingua Geral Amazônica* spoken during the seventeenth century in the Maranhão and Grão Pará region, and the Tupinambá language, from which the *Língua Geral Amazônica* has developed. This study is based on Thomason and Kaufman (1988) theoretical model on the linguistic outcomes of languages in contact. It also takes into consideration the principles for genetic classification of the comparative method, as well as the description of the Tupinambá language by Rodrigues (1981, 1985, 1996, 2000). The results of the present work are conceived as lexical and somewhat grammatical evidence for the genetic development of the *Língua Geral Amazônica* (Rodrigues 1985, 1986, 1993, 1996).

Keywords: Tupinambá, Língua Geral Amazônica, Historical Linguistics, Indigenous Languages.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Índice	viii
Capítulo 1 - Introdução	
1.1. Considerações Iniciais	11
1.2. Objetivos	12
1.3. Fundamentação Teórica e Metodológica	13
1.3.1. Modelo Teórico	13
1.3.1.1. Línguas em Contato	14
1.3.2. Léxico	17
1.3.3. Estruturação, alterações e reordenações do Léxico	17
1.3.4. Função Léxica e Tipos de Lexia	19
1.3.5. Mudança Semântica segundo Ullmann, 1964	20
1.3.6. Léxico e Terminologia	22
1.3.7. Fundamentos para um Estudo das Mudanças Semânticas	23
1.4. Passos Metodológicos aplicados na Análise Comparativa	27
1.5. Organização dos Capítulos	28
1.6. Conclusão	29
Capítulo 2 – A Língua Geral Amazônica	
2.1. Introdução	30
2.2. A expressão Língua Geral Amazônica	30
2.3. O contexto social em que a LGA teria se desenvolvido	32
2.4. O uso da LGA nas Missões Jesuíticas	37
2.5. Mudanças Estruturais ocorridas na LGA	39

2.6. Conclusão	42
----------------	----

Capítulo 3 – Comparação dos Termos de Parentesco do Tupinambá com os termos de parentesco da LGA

3.1. Introdução	43
-----------------	----

3.2. Sobre o sistema de parentesco do Tupinambá	43
---	----

3.2.1. O sistema de parentesco do Tupinambá segundo Wagley e Galvão (1946)	45
--	----

3.3. Mudanças sofridas nos termos de parentesco da LGA	46
--	----

3.4. Conclusão	50
----------------	----

Capítulo 4 – Mudanças Lexicais ocorridas na LGA

4.1. Introdução	51
-----------------	----

4.2. Características das mudanças lexicais ocorridas nos nomes da LGA	51
---	----

4.3. Mudanças estruturais nas formas nominais do Tupinambá desenvolvidas na versão da LGA do século XVII	57
--	----

4.4. Conclusão	60
----------------	----

Capítulo 5 – Tipos de mudanças Semânticas ocorridas nas palavras do Tupinambá, na versão da LGA registrada por Bettendorff

5.1. Introdução	62
-----------------	----

5.2. Tipos de Mudanças Semânticas ocorridas na LGA	62
--	----

5.3. Conclusão	65
----------------	----

Capítulo 6 – Mudanças funcionais ocorridas nas posições do Tupinambá, na versão da LGA	
6.1. Introdução	66
6.2. Comparações das posições do Tupinambá com as posições da LGA	66
6.3. Conclusão	70
Capítulo 7 – Mudanças funcionais ocorridas nos demonstrativos do Tupinambá, na versão da LGA	
7.1. Introdução	71
7.2. Os demonstrativos do Tupinambá, segundo Rodrigues (1981)	71
7.3. Conclusão	76
Capítulo 8 – Considerações Finais	77
Referências Bibliográficas	79

Capítulo I - Introdução

1.1. Considerações Iniciais

Esta dissertação trata de mudanças lexicais ocorridas na língua Tupinambá, aproximadamente meio século depois que deixou de ser falada somente nas aldeias, tornando-se a língua de comunicação nas cidades, vilarejos, fazendas e missões jesuíticas ao longo do rio Amazonas e seus tributários. Foi nesses contextos, e entrando em contato com o Português e com outras línguas indígenas, que passou a ser chamada de Língua Geral, e, posteriormente, ficou também conhecida como Nheengatú (Fala Boa) e Língua Geral Amazônica.

Neste estudo adotamos a visão de Rodrigues (1985, 1986, 1993, 1996), segundo o qual a Língua Geral Amazônica se desenvolveu no século XVII quando a língua dos índios Tupinambá passou a ser falada fora do contexto das aldeias, sob a influência do Português e das línguas nativas dos que dela faziam uso em contextos multilíngües, ou que a adotavam como segunda língua.

Mostraremos, por meio de uma análise de dados da Língua Geral Amazônica, registrados pelo Pe. Luiz Felipe Bettendorff em seu *Vocabulário e Gramática*, durante a segunda metade do século XVII, que a diferenciação da LGA do Tupinambá se deu paulatinamente, não tendo, dessa forma, perdido suas ligações genéticas com a família Tupí-Guaraní.

A *Gramática Da Língua Geral do Brasil*, escrita no século XVII pelo Pe. Luiz Phillippe Bettendorff, é um material inédito e constitui a principal base de pesquisa desta dissertação. Trata-se de um detalhado inventário de aspectos gramaticais da Língua Geral Amazônica, doravante referida como LGA. A gramática inclui informações sobre diferentes classes de palavras e processos derivacionais lexicais e inclui um vasto número de exemplos de paradigmas verbais em diferentes pessoas, tempos e modos. O vocabulário que a acompanha cobre diferentes campos semânticos e o catecismo oferece um rico material espelhando a morfossintaxe da língua.

De fundamental importância para esta dissertação foram os estudos de Rodrigues sobre a Língua Geral Amazônica (1985, 1986, 1993, 1996), o livro *Rio Babel – a história das línguas na Amazônia*, de autoria de José Ribamar Bessa (2004), e a dissertação de mestrado de Maria Ivanete de Santana Felix (2002) sobre as variedades dialetais faladas ao longo do rio Amazonas e seus tributários, no século XIX.

1.2. Objetivos

A presente dissertação tem como principal objetivo reunir evidências lexicais que constituam fundamentos para a hipótese de que o desenvolvimento da Língua Geral Amazônica foi genético, sem interrupção de sua transmissão, mesmo sob influências externas do Português e de outras línguas nativas da região amazônica. Esta hipótese, que vem sendo defendida e fundamentada nos trabalhos de Rodrigues (1985, 1986, 1996) e de Cabral (2000, 2004), contraria a idéia de que a LGA é uma língua crioula, resultante do contato de Portugueses com falantes do Tupinambá, ou de que teria sido uma criação dos Jesuítas.

As comparações desenvolvidas nos capítulos III, IV, V, VI e VII deste estudo evidenciam a natureza e as direções das mudanças ocorridas na LGA, quando esta começou a se diferenciar do Tupinambá falado nas aldeias. Os itens lexicais comparados incluem termos de parentesco, nomes de plantas e de animais, nomes de objetos, nomes de elementos da natureza, posposições e pronomes demonstrativos.

Outros objetivos do estudo são:

- identificar a natureza e direções das mudanças ocorridas em partes do léxico do Tupinambá na versão da LGA;
- contribuir para o conhecimento das mudanças lexicais (formais e semânticas) ocorridas em uma língua indígena brasileira, quando falantes da LGA foram obrigados a conviver com falantes de outras línguas, dentre as quais uma língua indo-européia tipologicamente bastante diferente.

Com vistas à realização desses objetivos, descreveremos as mudanças ocorridas na forma e no significado das palavras da LGA, tendo como referência o Tupinambá, com ênfase nos seguintes processos de mudança lexical: (a) criação de novas palavras a partir de uma base Tupinambá, com elementos desta língua ou com elementos de outras línguas; (b) re-análise de segmentos que correspondiam originalmente a prefixos e sufixos do Tupinambá; (c) substituição de palavras do Tupinambá por palavras de outras línguas; (d) mudanças nos significados originais das palavras do Tupinambá, por meio de processos de extensão, de redução e de transformações analógicas.

Nas seções seguintes, apresentaremos os pressupostos teóricos e metodológicos que serviram de base para a comparação de dados da LGA com dados do Tupinambá. Teceremos breves considerações sobre os conceitos de léxico, categorizações lexicais, mudança semântica e terminologia, assim como abordaremos, sucintamente, a tipologia das mudanças semânticas comuns na história das línguas, segundo Campbell (1998). O estudo fundamenta-se também nos princípios metodológicos do método histórico comparativo e no modelo teórico sobre línguas em contato proposto por Thomason e Kaufman (1988).

1.3. Fundamentação Teórica e Metodológica

1.3.1. Modelo Teórico

O estudo foi desenvolvido com base do Método Histórico Comparativo, que identifica relações genéticas entre línguas aparentadas e analisa as direções e os tipos das mudanças lingüísticas que podem ocorrer na história de cada uma delas. Segundo Campbell (1988:108), o método comparativo é o mais importante de vários métodos e técnicas utilizadas no estudo das relações genéticas das línguas. Línguas que pertencem à mesma família lingüística estão relacionadas geneticamente uma à outra. Isto significa que essas línguas derivam de uma única língua original, chamada Proto-língua. Com o decorrer do tempo, dialetos da Proto-língua se desenvolvem a partir de mudanças lingüísticas em diferentes regiões onde a língua foi falada, e mais tarde, através de outras mudanças, esses dialetos se tornam línguas distintas.

Neste estudo considera-se a Língua Geral Amazônica um membro da família Tupí-Guaraní, como demonstrado em Rodrigues (1985), com base no Método Histórico Comparativo, o mais importante dos vários métodos e técnicas utilizadas no estudo das relações genéticas das línguas (Campbell 1998:108; Thomason e Kaufman 1988:201-202).

A Língua Geral é aqui vista consoante com a hipótese de Rodrigues, ou seja, é uma versão modificada da língua Tupinambá falada fora dos contextos das aldeias.

1.3.1.1. Línguas em Contato

O presente estudo fundamenta-se no modelo teórico sobre línguas em contato proposto por Thomason e Kaufman (1988). Este modelo permite diagnosticar uma rica variedade de resultados de línguas em contato, com base em diferentes tipos de línguas, que se desenvolveram em diferentes situações de contato e em diversas partes do mundo. O modelo de Thomason e Kaufman considera distâncias tipológicas entre as línguas e, mais importante, relaciona resultados lingüísticos de contato a contextos sociolingüísticos específicos.

Thomason e Kaufman (1988:3) defendem a necessidade de se distinguir dois tipos de línguas que emergem em situações de contato. Um tipo surge em ambientes onde falantes de diferentes línguas precisam comunicar-se, mas não há condições favoráveis para a aprendizagem de nenhuma delas - pidgins e crioulos -, e outro tipo que surge a partir de determinadas situações que resultam na mistura de uma ou mais línguas, as chamadas línguas mistas. Em ambos os casos, o resultado lingüístico desses tipos de contato não pertence a nenhuma família lingüística em particular.

Na visão de Thomason e Kaufman (1988:3), línguas mistas não se ajustam ao modelo genético e, portanto, não podem ser classificadas geneticamente. Mas como a maioria das línguas não são mistas, o modelo tradicional da árvore lingüística continua sendo o ponto de referência principal da lingüística histórico-comparativa, pois é possível distinguir uma língua mista – cujas origens não são genéticas – de línguas cujo desenvolvimento segue uma linha genética.

Uma situação de contato pode produzir certo bilingüismo e gerar mudanças lingüísticas na estrutura das línguas envolvidas. Essas mudanças são favorecidas por

casos de “empréstimo” e de “interferência de substrato”, e diferem nos respectivos resultados lingüísticos.

Para Thomason e Kaufman (1988:37), empréstimo é a incorporação, pelos falantes da uma língua, de aspectos lingüísticos externos, onde falantes da língua A passam a usar a língua B com variados graus de competência, e incorporam elementos de B em sua fala. A língua nativa se mantém, mas muda devido à incorporação de traços de outra(s) língua(s).

Invariavelmente, em uma situação de empréstimo, os primeiros elementos a serem incorporados são as palavras. Tipicamente, mas nem sempre, palavras incorporadas são tratadas como ‘temas’ na língua receptora. Se existe uma forte pressão dos falantes nativos da língua em relação aos falantes da língua receptora, então traços estruturais podem ser emprestados – elementos fonéticos, fonológicos e sintáticos – e até mesmo (mais raramente) traços de flexão morfológica. Apesar de o empréstimo lexical se estabelecer sem um bilingüismo muito difundido, empréstimos estruturais aparentemente exigem bilingüismo entre os falantes da língua receptora, durante um período considerável de tempo. (Thomason e Kaufman 1988:37, tradução nossa).

Já interferência de substrato é um subtipo de interferência resultante de um aprendizado ‘imperfeito’, durante um processo de mudança ou substituição de língua, ou seja, trata-se das influências da língua perdida sobre a língua imposta, que só se estabilizam quando afetam a comunidade em gerações sucessivas. Nesse tipo de interferência, segundo Thomason e Kaufman (1988:39), os falantes que estão mudando para uma língua-alvo não a aprendem perfeitamente. Fatores como a atitude ou postura dos falantes e acessibilidade da língua-alvo são, freqüentemente, determinantes cruciais para a versão que os falantes fazem da língua-alvo.

Thomason e Kaufman (1988:4) afirmam que a história de uma língua é uma função da história de seus falantes, e não um fenômeno independente que pode ser completamente estudado sem referências ao contexto social no qual está incrustado. Os autores não negam a importância de fatores lingüísticos puros, tais como a pressão dos padrões do sistema e as considerações de marcação para a teoria das mudanças

lingüísticas, mas evidências do contato lingüístico mostram que fatores lingüísticos puros são facilmente ignorados quando fatores sociais os empurram para outra direção.

Segundo esses autores, situações de contato também diferem com respeito à sua estabilidade: algumas têm pouca duração, enquanto outras se tornam quase permanentes, sugerindo que a estabilidade é influenciada puramente por fatores sociais, e não por fatores lingüísticos.

Thomason e Kaufman (1988:200-203) observam que os resultados mais extremos de interferência lingüística não são relacionados geneticamente a qualquer das línguas que influíram em seus sistemas estruturais e lexicais -, porque esses sistemas não se desenvolveram a partir de um processo de transmissão normal. Por outro lado, consideram que a presença de características resultantes de interferência não significa que o desenvolvimento daquela língua não foi genético, porque relações genéticas podem ser estabelecidas quando são encontradas correspondências sistemáticas, em um nível comparativo, em todos os subsistemas gramaticais.

Para estes autores, essa diferença é crucial para a aplicação do método comparativo na reconstrução de estados anteriores de uma língua. Assim, identificam-se línguas que não podem ser usadas na reconstrução de uma proto-língua, porque não tiveram um desenvolvimento a partir de um processo de transmissão normal. Para esses autores, no termo “reconstrução” está implícita a noção de regularidade nas correspondências analisadas, porque é a regularidade que permite a formulação de um grupo específico de regras para cada língua.

Thomason e Kaufman (1988:211) afirmam a existência de uma classe de línguas cujo desenvolvimento histórico envolve transmissão anormal. Isso significa que a língua como um todo não foi transmitida de uma geração para outra com mudanças difundidas mais ou menos uniformemente por todas as partes da língua.

Segundo Thomason e Kaufman, as línguas que não servem para reconstrução - ou seja, as que ultrapassam o limite do genético - são de três tipos:

(a) aquelas resultantes de uma maciça substituição gramatical através de empréstimos;

(b) aquelas resultantes de uma crioulização brusca ou repentina;

(c) pidgins, que não envolvem mudança de língua, mas a criação de uma língua de finalidades restritas a intercomunicação dos grupos participantes do contato.

Para Thomason e Kaufman (1988:211), se uma dessas línguas se torna a principal língua de uma comunidade, então ela pode se diversificar no tempo e no espaço, ou seja, pode ter dialetos e descendentes.

As evidências lexicais que focalizaremos no presente estudo fundamentam a conclusão de que a LGA do século XVII não se enquadra em nenhum dos dois tipos citados no início deste tópico, ou seja, não é um pidgin ou uma língua crioula, e nem uma língua mista.

1.3.2. Léxico

Esta dissertação focaliza as mudanças lexicais ocorridas na LGA, tendo como referência o Tupinambá, língua a partir da qual se desenvolveu. O conceito de léxico adotado neste estudo é o de inventário completo dos itens lexicais de uma língua (Bloomfield 1933). Consideramos neste estudo as contribuições de Ullmann (1964), Faulstich (1980) e Biderman (2001) sobre o léxico, sua constituição interna e possibilidades de expansão e redução, e sobre mudanças semânticas por serem essas contribuições de relevância para a análise apresentada neste estudo.

1.3.3. Estruturação, alterações e reordenações do léxico

Biderman (2001:179) observa que o léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Para esta autora, qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade. Nesse processo, o léxico se expande, se altera e, às vezes, se contrai. A incorporação paulatina de palavras se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, através de signos lingüísticos: os lexemas.

Biderman (2001:183) salienta, ainda, que a análise diacrônica de um sistema lingüístico evidencia, muitas vezes, alterações, reformulações e reordenações das categorias léxicas através da história de uma língua. Isso demonstra que as

categorizações do léxico não são um fenômeno que se cristaliza e assim permanece. Como enfatiza essa autora, pelo contrário, as novas conotações do significado que vão sendo continuamente introduzidas no léxico de uma língua despertam potencialidades para novas categorizações, de onde resulta um reajuste na estrutura léxica.

Ao tratar da estruturação do léxico, Biderman (2001:187) observa que na maioria dos usos dos lexemas é possível distinguir um significado exclusivamente conceptual, onde é feita referência explícita ao conteúdo denotativo e/ou lógico e cognitivo dos dados da realidade. Para essa autora, também é possível detectar significados de uma palavra, onde sobressaem franjas conotativas que se referem a fatores sociolingüísticos, relacionados à atitude do locutor, entre outros. Biderman (2001:193) acentua que, diferentemente da gramática, o léxico é um sistema aberto, em expansão e mutação constante. Dessa forma, “[...] novos matizes de significação vão sendo continuamente introduzidos no léxico, e assim toda palavra acaba abrangendo uma rede de significados muito extensa.”

Segundo a mesma autora, os campos semânticos podem evidenciar oposições simples e/ou oposições complexas de significação. Entre as oposições simples, podemos incluir aquelas em que os termos integrantes do grupo distinguem-se apenas por um ou dois traços sêmicos, como por exemplo: os termos *palácio*, *mansão*, *casa*, *casinha*, *choupana*: todos incluem semanticamente os componentes sêmicos de “casa”; e há dois traços que os distinguem: a) tamanho; b) riqueza e/ou pobreza. Na maioria das vezes, os vocábulos componentes de um grupo semântico registram numerosas nuances de sentido, compondo um vasto leque de significados.

Ainda sobre a estruturação do léxico, Biderman (2001:197) salienta outro aspecto importante na análise de campos semânticos: as conotações adicionadas a cada palavra pelo contexto em que ela está inserida. Para esta autora, são sobretudo os usos metafóricos e metonímicos que contribuem grandemente para a oscilação e imprecisão de qualquer microssistema léxico.

Sobre a criação vocabular, Biderman (2001:203) distingue dois tipos de neologismos: o neologismo conceptual e o neologismo formal. No primeiro caso, trata-se de uma acepção nova que se incorpora ao campo semântico de um significante qualquer. Nesse caso, verifica-se, às vezes, ampliação de um campo semântico através de novas conotações que vão sendo adicionadas a um significante. Já o neologismo formal constitui uma palavra nova introduzida no idioma, podendo ser um termo vernáculo ou um empréstimo estrangeiro.

Na análise de palavras da LGA, observamos processos lexicais que demonstram a substituição, do que em Tupinambá era expresso por meio de um tema simples ou derivado, por construções sintáticas descritivas na LGA. Observamos ainda a substituição de palavras originais do Tupinambá por empréstimos do Português e o uso de palavra original do Tupinambá para nomear empréstimo cultural introduzido pelos europeus, assim como listamos os empréstimos culturais que entraram na LGA e que sofreram adaptações fonéticas ou fonológicas em consequência do contato com falantes do Português.

1.3.4. Função léxica e tipos de lexias

Para Faulstich (1980), lexicologia é a ciência que se ocupa do léxico e seu objeto é a palavra. Pottier¹ (1977, apud Faulstich 1980:17) entende a palavra como um tipo de **lexia**, ao passo que Coseriu² (1977, apud Faulstich 1980:17) defende a idéia de que o lexema é a palavra que possui função léxica. Uma lexia surge de um processo associativo, quando se trata de um lento processo de lexicalização, tornando-se necessário que se observe a diferença entre dois tipos de combinações, a saber: combinações livres e combinações ligadas. Os exemplos deste tópico são os mesmos utilizados por Faulstich (1980):

- as combinações semânticas livres (que possuem sentido próprio): por exemplo, a expressão *tomar o livro*, em que os termos podem ser estudados em diferentes contextos como: tomar a bola do menino, tomar a boneca da criança; significando que aí não houve lexicalização.
- as combinações semânticas ligadas (que apresentam “sentido figurado”): por exemplo, a expressão *tomar café*, que permite duas leituras:

tomar café = beber café, caso sem lexicalização.

¹ POTTIER, B. (1977) *Lingüística general*. Versão espanhola de Maria Victoria CATALINA, Madrid, Gredos.

² COSERIU, Eugenio. (1977) *Principios de semántica estructural*. Versão espanhola de Marcos Martínez HERNÁNDEZ, revista pelo autor, Madrid, Gredos.

tomar café = ter a primeira refeição do dia, caso em que houve lexicalização.

Segundo Faulstich (1980:17), Pottier (1977, apud Faulstich 1980) divide as lexias em quatro tipos, a lexia simples, a composta, a complexa e a textual. A lexia simples corresponde na maioria dos casos à “palavra” tradicional. São exemplos ‘**casa**’, ‘**comia**’, ‘**lá**’. A lexia composta é o resultado de uma integração semântica, por exemplo, **verde-claro**. A lexia complexa é uma seqüência em vias de lexicalização, por exemplo, **conjunto habitacional**. As siglas, segundo Pottier, são casos particulares de lexias complexas, porque sendo de grande uso, os falantes normalmente retêm da lexia apenas as iniciais. A lexia textual é uma lexia complexa que alcança o nível de um enunciado ou de um texto. São exemplos os provérbios, as adivinhações etc.

Segundo Faulstich (1980), Coseriu (1977, apud Faulstich (1980:18) substituiu o termo **palavra** por **lexema**, elemento portador de função léxica, “o que equivale a dizer que a função léxica é aquilo que permanece quando se eliminam das palavras os morfemas gramaticais e categoriais.” Coseriu se refere aos lexemas como sendo **palavras lexemáticas**, mas somente quando têm função léxica, vindo daí a exclusão de palavras que funcionam apenas como modificadores no discurso, como as partículas de negação e afirmação, interjeições, artigos, preposições, conjunções, dêiticos e pronomes.

Acerca da configuração do campo léxico, Faulstich (1980:26) aborda a visão de Coseriu (1977), segundo o qual o campo léxico se compõe de unidades léxicas que se distribuem em uma zona de significação comum. Essas unidades léxicas estão em oposição semântica imediata umas com as outras, oposições essas que são determinantes em suas relações internas. Ainda sobre a teoria coseriana, Faulstich (1980) explica que a maneira como os lexemas se ordenam e se relacionam entre si depende do número de “dimensões semânticas” que neles funcionam e, em segundo lugar, dos tipos formais de oposições estabelecidas de acordo com essas dimensões.

1.3.5. Mudança Semântica segundo Ullmann, 1964

Ullmann (1964:405), ao abordar a mudança de significado nas palavras, explica que nada há de definitivo quando se trata de mudança semântica, pois uma

palavra pode adquirir um sentido novo, ou vários sentidos novos, sem perder seu significado original. Algumas dessas inovações são acidentais e de curta duração, outras se estabilizarão em alterações permanentes.

Muitas palavras, no decorrer do tempo, têm seu significado ampliado ou reduzido, e tanto a restrição quanto a extensão deve-se, freqüentemente, a fatores sociais.

As mudanças de significado podem ter várias causas, algumas delas excepcionais que só podem ser estabelecidas pela reconstrução do fundo histórico completo. Dentre as causas da mudança semântica apresentadas por Ullmann (1964:411-415), reproduzimos a seguir duas das mais relevantes:

- a) causas lingüísticas – a colocação habitual pode afetar permanentemente o significado dos termos envolvidos, ou seja, o sentido de uma palavra pode ser transferido para outra, devido à ocorrência de ambas em muitos contextos.
- b) causas sociais – uma palavra adquire um sentido mais restrito quando passa da linguagem vulgar para uma nomenclatura especializada. Inversamente, as palavras que vêm da linguagem de um grupo para o uso comum têm propensão em ampliar seu significado. São duas tendências condicionadas socialmente: a especialização e a generalização.

Ainda no dizer de Ullmann (1964: 436), sempre que seja necessária a criação de um nome novo para designar uma idéia ou objetos novos, pode-se formar uma palavra nova a partir de elementos já existentes ou realizar um empréstimo, isto é, importar um termo de uma língua estrangeira ou de qualquer outra fonte. Pode-se ainda alterar o significado de uma palavra antiga. Ullmann (1964: 436) explica que “sejam quais forem as causas da mudança semântica, deve haver sempre alguma associação entre o significado antigo e o novo. Em alguns casos, a associação pode ter força bastante para alterar por si só o significado; noutros casos fornecerá apenas um veículo para uma mudança determinada por outras causas.”

1.3.6. Léxico e Terminologia

Faulstich (1998), tomando como referência a socioterminologia, sublinha que esta prevê dois percursos temporais para a análise dos termos no discurso: um percurso pelas vias da sincronia, em que formas variantes apresentam o mesmo significado referencial, e outro percurso pela história, em que é possível sistematizar estruturas léxico-terminológicas variantes, e reconstituir quadros conceptuais da época, validados ou não na atualidade.

Ao discutir as relações entre termo e conceito, Faulstich (1998) defende a idéia de que *termos* são signos que têm sua funcionalidade nas linguagens de especialidade. São entidades variantes e itens do léxico especializado que passam por evoluções, razão pela qual devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas. Já os conceitos possuem características específicas que se organizam por meio de traços observáveis ou imagináveis, os quais agrupam os objetos no mundo real, de acordo com a intenção e a extensão dos conceitos. A autora conclui que termo e conceito são respectivamente signo e significado, e que a relação entre conceito e termo se dá por meio de predicacões que particularizam a intenção e a extensão do referente. Essas predicacões se realizam sob a forma de características essenciais e acidentais que são responsáveis pela intenção de um conceito; e sob a forma de características particulares que delimitam a extensão.

De acordo com Faulstich (1998), as características **essenciais** pertencem a todos os referentes de um dado tipo, as características **acidentais** pertencem a alguns referentes de um dado tipo, e as características **individualizantes** pertencem somente a um referente em questão. Os exemplos dados para ilustrar as diferentes características são *galinha*, *pombo* e *perdiz*. Os referentes destes possuem como característica essencial serem *aves*, e cada uma dessas aves possui características acidentais. Assim, *galinha* é espécie dos *galináceos*, *pombo* é *columbiforme*, *perdiz* é *tinamiforme*, sendo que *galinha* possui *cristas carnudas e asas curtas e largas*, *pombo* tem *vôo possante*, *perdiz* é *desprovida de cauda*.

Segundo Faulstich (1988), o conjunto de características de cada termo contribui na formalização da definição, como, por exemplo, “*galinha* é ave *galinácea* com *cristas carnudas e asas curtas e largas*”. A autora ressalta que “nos percursos temporais da língua, o termo é uma entidade do discurso independentemente de sua realização no

plano sincrônico e no plano diacrônico e, por isso, passível de apresentar variantes antigas e atuais.”

1.3.7. Fundamentos para um Estudo das Mudanças Semânticas

Campbell (1998) observa que as principais mudanças lexicais ocorridas na história das línguas têm sido de natureza semântica e os trabalhos existentes sobre este tipo de mudança têm essencialmente tratado de mudanças semânticas de itens individuais. A mudança semântica se preocupa principalmente com o significado de itens lexicais isolados ou distintos, ao passo que a teoria semântica implica relações lógicas entre itens em séries ou cadeias mais longas. Existem várias classificações de tipos de mudança semântica, e em todas elas algumas categorias se sobrepõem ou coincidem com outras, e algumas são vagamente definidas, significando que alguns casos de mudança semântica irão encaixar-se em mais de um tipo e outros talvez não. Campbell apresenta uma classificação que corresponde a um vasto esquema, em que são organizados tipos de mudanças semânticas, mas sem pretensões de ser particularmente completo.

Consideraremos neste estudo a classificação oferecida por Campbell (1998:258), por este autor ter considerado na sua tipologia a sobreposição de tipos de mudança, oferecendo um esquema em que a organização de tipos de mudança semântica pode ser ajustada em função dessas superposições. A classificação de Campbell é reproduzida em seguida (Campbell (1998:258-265, tradução nossa):

a) Extensão (generalização, ‘alargamento’).

Nas mudanças semânticas envolvendo extensão, o ‘campo’ de significados de uma palavra se amplia, de modo que a palavra pode ser usada em mais contextos do que era usada antes da mudança.

- (1) Cachorro. Inglês *dog* tinha o significado específico de ‘uma (específica) raça forte de cachorro’, que se generalizou e passou a incluir todas as raças de cachorros.
- (2) Salário. Latim *salarium* era uma parte de sal do soldado (Latim *sal*), que então passou a significar o pagamento geral do soldado, e finalmente, em inglês, pagamentos em geral, não apenas o pagamento dos soldados.
- (3) Espanhol *pájaro* ‘pássaro’ < Latim *passer* ‘pardal’.
- (4) Espanhol *estar* ‘ser, estar’ (especificamente ‘estar em um lugar’) < Latim *stare* ‘ficar de pé’.

b) Redução (especialização, restrição).

Na limitação semântica, o campo de significados de uma palavra é reduzido, a ponto de a palavra poder ser usada apropriadamente apenas em menos contextos do que poderia antes da mudança.

- (1) *Wife* significava ‘mulher’ no Inglês Antigo. Teve seu significado reduzido para ‘mulher de classe baixa ou de emprego simples’. Finalmente teve seu significado reduzido para ‘mulher casada, esposa’.
- (2) *Deer* ‘veado’ teve seu significado reduzido do Inglês Antigo *deor* ‘animal’ (compare com o cognato alemão *Tier* ‘animal’.)
- (3) *Girl*, que significava ‘criança ou pessoa jovem de ambos os sexos’, reduziu seu referente no Inglês Moderno para ‘criança fêmea, mulher jovem’.

c) Metáfora

Do grego *metaphora* ‘transferência’, a metáfora implica a extensão de significados de uma palavra que sugere uma similaridade semântica ou conexão entre o novo sentido e aquele antigo.

- (1) Francês *feuille* ‘folha, pedaço de papel’ < ‘folha’ (de planta)’
- (2) Espanhol *pierna* ‘perna’ < Latim *perna* ‘curva ou “barriga” da perna’
- (3) raiz (de planta) > ‘raiz de planta, raiz da palavra, raiz em álgebra.’
- (4) Francês *chapeau* ‘chapéu, gorro’ originalmente significava ‘grinalda, coroa’
- (5) Inglês *chill* ‘relaxar, acalmar-se’ (gíria), teve seu significado estendido metaforicamente do sentido original de *chill* ‘esfriar’

d) Metonímia

Do grego *metonomia* (‘transformação do nome), metonímia é a mudança no significado da palavra de maneira que ela passe a incluir sentidos adicionais que não estavam presentes originalmente, mas que são estritamente associados com o sentido original. Mudanças metonímicas tipicamente envolvem alguma contigüidade (não-lingüística) na palavra real e envolvem também mudança de significado de uma coisa para a outra que está presente no contexto. Por exemplo, Inglês *chá*, além da bebida, significa ‘a refeição noturna’ em muitas localidades de falantes ingleses.

- (1) Espanhol *cadera* ‘quadril’ < ‘ancas’ < essencialmente Latin *cathedra* ‘poltrona’.
(Compare com o cognato francês *chaise* ‘cadeira’, do antigo *chaire*.)
- (2) Espanhol *mejilla* ‘bochecha’ < Latim *maxilla* ‘maxilar’.
- (3) Inglês *flake* ‘pessoa irresponsável’ (gíria), é por metonímia vindo do sentido original de *flake* ‘uma mordida pequena’.

Um campo comum de metonímia é o uso do nome do lugar por um produto característico dele, como no francês *champagne* ‘champagne’, pelo nome da região, *Champagne*.

e) Sinédoque

Do grego *synedokhé* ‘inclusão’, freqüentemente considerada um tipo de metonímia, implica uma relação parte-todo, onde um termo de significado mais amplo é usado para se referir a um termo de significado menos amplo e vice-versa; isto é, uma parte (ou qualidade) é usada para se referir ao todo, ou o todo para se referir à parte. Por exemplo, Inglês *hand*, que teve o sentido estendido para incluir também ‘trabalhador, empregado’. Alguns exemplos comuns encontrados em várias línguas são ‘língua’ > ‘linguagem’, ‘sol’ > ‘dia’, ‘lua’ > ‘mês’.

- (1) Espanhol *boda* ‘casamento’ vem do Latim *vota* ‘votos de casamento’, onde o termo para a parte do todo, denominado ‘votos’, veio a significar o todo, no caso ‘casamento’.

Um tipo especial de sinédoque se chama *deslocamento* (também chamado elipse), onde uma palavra absorve parte ou todo o significado de outra palavra com a qual esteja ligada num constituinte frasal (geralmente Adjetivo – Nome), por exemplo, *capital* de *capital city*, onde a noção de ‘cidade’ foi absorvida na palavra *capital*.

- (1) Francês *journal* ‘jornal’ é um deslocamento de *papier journal* ‘papel diário’. Em inglês, ‘*daily*’ (papel diário) tem o mesmo significado e se desenvolveu da mesma maneira.

f) Pejoração

O sentido de uma palavra passa a ter um sentido menos positivo, um valor depreciativo na mente dos falantes – um acréscimo de julgamento de valor negativo. Casos de degeneração de termos para mulheres são bem conhecidos e são freqüentemente citados como exemplos em trabalhos que lidam com temas sociais. Por exemplo, em Alemão coloquial *Weib* significa ‘mulher de temperamento ruim’, enquanto em Alemão Padrão significa apenas ‘mulher’.

- (1) *Madam* ‘a mulher chefe de casa de prostituição’ < ‘uma forma educada de se dirigir a uma mulher’.

g) Elevação (melhoramento)

Mudanças semânticas de elevação incluem mudança no sentido da palavra em direção a um valor mais positivo na mente dos falantes – um acréscimo no julgamento de valor positivo.

(1) Espanhol *casa* ‘casa’ < Latim *casa* ‘cabana’.

h) Hipérbole

Hipérbole (‘intensificação’, do grego *hyperbole* ‘excesso’) envolve trocas de significado devido à exageração.

(1) Inglês *terribly* ‘terrivelmente’, *horribly* ‘horrivelmente’ e outras palavras similares significam hoje um pouco mais que *very* ‘muito’ (um intensificador de adjetivo); por intensificação, passaram a não ter conexão com seus significados originais, *terror*, *horror* etc.

1.4. Passos Metodológicos Aplicados na Análise Comparativa

A comparação lexical constituiu-se de três etapas principais:

- 1) seleção de itens comparáveis do Tupinambá e da LGA;
- 2) análise semântica das formas comparadas;
- 3) diagnóstico das mudanças ocorridas nos lexemas do Tupinambá na versão da LGA.

A operacionalização de todos os passos seguidos na análise comparativa fundamentou-se no estudo prévio da estrutura e da semântica dos lexemas do

Tupinambá apresentada nos trabalhos de Rodrigues sobre esta língua. À luz do método histórico comparativo, a análise contrastiva entre as palavras do Tupinambá e as da LGA pôde determinar previamente as semelhanças e as diferenças lexicais entre as duas línguas.

A análise beneficiou-se das considerações sobre o léxico tratadas na seção anterior.

1.5. Organização dos Capítulos

O primeiro capítulo traz uma breve introdução sobre o conteúdo da presente dissertação, os objetivos do estudo, considerações sobre as referências teóricas e metodológicas, e uma descrição da constituição dos capítulos. O capítulo II apresenta algumas observações sobre a Língua Geral Amazônica, com ênfase no contexto social em que se desenvolveu. O capítulo III apresenta uma comparação lexical de nomes que expressam relações de parentesco do Tupinambá com a LGA, identificando as mudanças ocorridas nesta última dos termos originais da primeira. No capítulo IV são comparados nomes de objetos culturais, nomes de qualidades, de sensações e nomes de ação, dentre outros, tendo em vista a identificação dos tipos de mudanças formais ocorridas na LGA. Neste capítulo são também discutidas algumas mudanças gramaticais ocorridas na LGA, visíveis nas suas expressões lexicais. No capítulo V são identificados os tipos de mudanças semânticas ocorridas em palavras do Tupinambá na versão da LGA. No capítulo VI são comparadas as posposições, com o objetivo de identificar as mudanças funcionais sofridas pelas posposições do Tupinambá, de acordo com Rodrigues (2000), na versão da LGA. No capítulo VII, comparamos brevemente os pronomes demonstrativos descritos para o Tupinambá por Rodrigues (1981) com os pronomes demonstrativos da LGA descritos por Bettendorff. No capítulo VIII são apresentadas as conclusões alcançadas com o estudo. Este capítulo é seguido das referências bibliográficas utilizadas.

1.6. Conclusão

Com esta dissertação pretendemos contribuir com novos elementos para a idéia de que a Língua Geral Amazônica, embora sofrendo constantes interferências do Português e de outras línguas nativas da região amazônica, não teve sua transmissão interrompida. Este é um importante fator a favor da origem genética da LGA, que é apenas uma versão mudada da língua original, o Tupinambá. A importância do presente estudo reside no fato de que o léxico da LGA utilizado na comparação foi coligido no início da segunda metade do século XVII, aproximadamente 50 anos depois da presença européia na região Amazônica. Os resultados da comparação mostram que, nesta época, as mudanças lexicais ocorridas na LGA foram moderadas, de nenhum modo comprometendo o desenvolvimento genético desta língua.

Capítulo II - A Língua Geral Amazônica

2.1. Introdução

Neste capítulo tecemos algumas considerações sobre a Língua Geral Amazônica, especificamente sobre a sua classificação na família lingüística Tupí-Guaraní, e sobre aspectos de sua história social. Essas considerações vêm reforçar a idéia defendida por Rodrigues (1996) e por Cabral (2000) de que a LGA não foi uma criação dos Jesuítas e nem se desenvolveu como uma língua crioula. Neste capítulo fazemos também algumas considerações sobre os trabalhos que documentam a LGA entre os séculos XVII e XVIII.

A Língua Geral Amazônica foi classificada por Rodrigues (1985) como língua do sub-ramo III da família lingüística Tupí-Guaraní, que por sua vez constitui um dos 10 ramos do agrupamento genético denominado Tronco Lingüístico Tupí, um dos maiores e mais distribuídos geograficamente da América do Sul. Rodrigues incluiu a LGA no sub-ramo III, ao lado do Tupinambá, do Tupí Antigo e da Língua Geral Paulista. Destas, a Língua Geral Amazônica é a única língua sobrevivente.

2.2. A expressão Língua Geral Amazônica

Rodrigues (1986:99) refere-se à expressão *língua geral* como tendo sido inicialmente usada pelos portugueses e pelos espanhóis para qualificar línguas indígenas de grande difusão numa área, como foram os casos do Quêchua e do Guaraní na América espanhola.

Freire (2004:93) observa que cronistas e missionários se referiam ao tupinambá como a língua geral ou a mais usada ao longo de todo o litoral. Mas ressalta que esse termo genérico não pode ser confundido com a expressão lexicalizada *língua geral*, que tem dois referentes distintos e precisos: a língua que se irradiou com as bandeiras

paulistas (Língua Geral Paulista) e a língua que se consolidou na Amazônia, esta denominada Língua Geral Amazônica.

Aqui, a expressão língua geral será utilizada, de acordo com Rodrigues (1986:102), para designar as línguas faladas na América do Sul, nos séculos XVI e XVII, que se desenvolveram em condições especiais de contato entre os europeus e povos indígenas.

A LGA, segundo Rodrigues (1986, 1996), desenvolveu-se em uma situação de contato lingüístico entre europeus e povos indígenas no século XVII, entre o norte do Maranhão e o nordeste do Pará. Outras duas línguas da família Tupí-Guaraní se desenvolveram em condições sociais análogas, a Língua Geral Paulista, extinta desde o final do século XVIII, e o Guaraní Paraguaio. Segundo Rodrigues (1996:6), no contexto social em que essas línguas se desenvolveram, a “... miscigenação em grande escala de homens europeus com mulheres indígenas teve como consequência a rápida formação de populações mestiças cuja língua materna foi a língua indígena das mães e não a língua européia dos pais”.

Outra observação feita por Rodrigues (1986) sobre o desenvolvimento da LGA é a de que:

Foi nas áreas mais afastadas do centro administrativo da Colônia (que era a Bahia) que se intensificou e generalizou o uso da Língua Brasileira como língua comum entre os portugueses e seus descendentes – predominantemente mestiços – e escravos (inclusive africanos), os índios Tupinambá e outros índios incorporados às missões, às fazendas e às tropas: em resumo, toda a população, não importa qual sua origem, que passou a integrar o sistema colonial. Rodrigues (1986:101)

Tendo se desenvolvido inicialmente no Maranhão e no Pará, a partir do Tupinambá, a LGA se tornou a língua falada pelas tropas e missões que criavam núcleos de povoamento no vale amazônico. Foi essa a língua da ocupação portuguesa da Amazônia nos séculos XVII e XVIII.

2.3. O contexto social em que a Língua Geral teria se desenvolvido

Rodrigues (1996:8-10) ressalta a participação das mulheres Tupí e Tupinambá na transmissão de suas respectivas línguas nativas para os seus filhos³, e observa que “a forte interação dos colonos e soldados portugueses com os Tupinambás levou ao surgimento de uma população mestiça, inicialmente de pais europeus e mães indígenas, cuja língua ficou sendo a das mães, o Tupinambá”.

A *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* do Padre João Felipe Bettendorff⁴ ([1910] 1990, apud Cabral 2000) é outra fonte de informação importante sobre os aspectos do contexto social do início da colonização portuguesa nessa região. O cenário da situação de contato estabelecida no início da colonização portuguesa se caracterizava por uma população invasora numericamente bastante inferior à população nativa e constituída essencialmente de homens.

Essas informações constituem fortes indicações de que, desde o início da colonização portuguesa, o contexto social oferecia condições favoráveis ao uso predominante da língua nativa, que era a língua dos Tupinambá.

Cabral (2000:109), com base na Crônica de Bettendorff, observa que algumas das crianças nascidas do cruzamento de mulheres Tupinambá com homens europeus são referidas, em vários momentos dessa crônica, como mamelucos ou filhos da terra, e que:

... por terem tido essas crianças a língua materna (o Tupinambá) como primeira língua, serviram várias delas, já em fase adulta, tanto nas expedições organizadas para o descimento de índios, quanto nas missões jesuíticas, por serem grandes línguas, conhecedores do Tupinambá.

Freire (2004:66) ressalta que a partir do momento em que nas "aldeias domésticas" ou de repartição começaram a ser estocados índios não-tupi, estas aldeias

³ Buarque de Holanda (1976, p. 412, apud CABRAL, 2000, p. 105) ressalta que a mulher em São Paulo desempenhava um papel estabilizador e conservador, enquanto grande custódia da tradição doméstica, tradição introduzida exatamente pelas cunhãs indígenas que se misturaram com os colonos portugueses.

⁴ BETTENDORFF, Pe. João Felipe. [1910]1990. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém: Fundação Cultural do Pará/Secretaria de Estado da Cultura.

começaram a ter um papel importante no ensino da LGA, que passou a ter também a função de língua de comunicação interétnica nas escolas, na igreja e nas aldeias. Em 1720, havia no Pará 63 aldeias com 54.264 índios aldeados que dominavam em maior ou menor grau a língua geral.

Segundo Rodrigues (1996:8), quando a língua indígena usada em contextos mestiços passava a ser a língua essencialmente dos mestiços, “já não mais servia a uma sociedade e a uma cultura indígenas, mas à sociedade e à cultura dos mamelucos, cada vez mais distanciadas daquelas e mais chegadas à cultura portuguesa”. Assim, o Tupinambá falado pela população mestiça foi “progressivamente reajustando-se e diferenciando-se do Tupinambá falado pelos índios que sobreviveram até meados do século XVIII”.

Na segunda metade do século XVII, a língua original dos Tupinambá continuava a ser falada nas aldeias destes, mas versões modificadas desta eram usadas nas missões jesuíticas, nas vilas e fazendas como língua franca e como língua nativa de muitos.

Felix (2002) aborda em sua dissertação sete cenários que, segundo Riese (2003:157-162, apud Felix 2002), formulam hipóteses sobre o contexto social em que a LGA teria se desenvolvido. Essas sugestões de Riese são reproduzidas abaixo e fornecem hipóteses de possíveis mecanismos de mudança que teriam contribuído para o desenvolvimento da LGA:

Cenário 1: A LGA como meio de comunicação interétnica

Nos primórdios da colonização, a comunicação entre os portugueses e os Tupinambá foi garantida pela parte portuguesa, que era minoria e mal adaptada ao meio ambiente:

a) os portugueses adquiriram o Tupinambá em grau variável e essa aquisição, por ser motivada por objetivos imediatos, teria sido incompleta e várias vezes influenciada pelo Português;

b) é provável que os Tupinambá tenham adotado uma versão modificada pelos colonos do Tupinambá original, dando origem a um pidgin.

Cenário 2: A LGA como símbolo de solidariedade comunitária

O processo de mestiçagem intensificado na colonização foi fator condicionante para transmissão lingüística regular do Tupinambá:

- a) a sociedade mestiça tende a se isolar da sociedade Tupinambá tribal;
- b) a diferenciação lingüística teria ocorrido como conseqüência do desejo de afirmação de uma identidade própria por parte dos mestiços com a extensão de inovações oriundas do português.

Cenário 3: As competências jesuíticas

A implementação da Língua Geral em grupos alófonos constitui uma via de extensão para as inovações estabilizadas do Tupí jesuítico:

- a) a aquisição da Língua Geral no interior da ordem deve ter-se centrado em textos produzidos pela própria ordem, que tendem a canonizar-se.

Cenário 4: Aquisição do Nhe'engatú como processo monitorado

Foram agrupados índios de variadas etnias com propósitos de trabalho e catequese em assentamentos: então, colonos e jesuítas impuseram o Nhe'engatú como único meio de comunicação:

- a) pidginização em contexto social multilíngüe, no qual o Nhe'engatú teria sido imposto como única língua de comunicação entre os grupos de diferentes etnias.

Cenário 5 : Elaboração do Nhe'engatú pelos jesuítas

- a) o Tupinambá é modificado pelos jesuítas.

Cenário 6: Troca de língua para o português

- a) em um primeiro momento a situação de bilingüismo teria levado, dada a imposição, à transferência de traços do Nhe'engatú para o Português;
- b) essa imposição ocorreria mais tarde, quando o Português tivesse se tornado dominante na competência de um indivíduo, visto que a imposição teria passado a operar em sentido contrário (do Português para o Nhe'engatú).

Felix (2002:12) observa que os cenários apresentados por Riese levantam questionamentos, pois mecanismos de mudanças são confundidos com dados de contextos sociais hipotetizados pelo autor. Por exemplo, o mecanismo de mudança do (cenário 1), da aprendizagem imperfeita, tem o mesmo peso que a hipótese de modificação do Tupinambá pelos Jesuítas (cenário 5), bem como a hipótese de pidginização do Nhe'engatú (cenário 4). Quanto a este cenário, há evidências históricas de que a LGA não possui características lingüísticas de pidgins.

Freire (2004:69) explica sucintamente a formação de pidgins e crioulos, línguas desenvolvidas a partir de certos tipos de contato social que obrigam os falantes de diferentes línguas a encontrarem um sistema comum de comunicação. Freire, citando Moreno⁵ (1998:277, apud Freire 2004), observa que “quando não existem falantes nativos dessa variedade mista, estamos diante de línguas pidgins; quando o contato se prolonga e se estabiliza, expandindo-se funcionalmente, e dando lugar a uma comunidade de fala, nascem as línguas crioulas.” A questão levantada pelos estudiosos é a de saber se a LGA, em certo período, era um pidgin, ou se a língua tupinambá, que lhe deu origem, sofreu mudanças a partir do contato com outras línguas.

De acordo com Rodrigues (1985, 1986, 1996), a LGA se constituiu em condições especiais de contacto que se distinguem nitidamente daquelas em que se formaram os pidgins e as línguas crioulas. Esta hipótese vem sendo defendida e fundamentada também nos trabalhos de Cabral (2000, 2004) e contraria as idéias de que a LGA é uma língua crioula, resultante do contato de Portugueses com falantes do Tupinambá, ou de que foi uma criação dos Jesuítas.

Reproduzimos abaixo algumas características sociolingüísticas da LGA descritas por Rodrigues (1996):

- a. na sua origem intervieram homens europeus e mulheres indígenas – estas pertencentes a povos de cultura e língua tupi-guarani;
- b. em uma primeira fase, que pode ter-se estendido por duas gerações (30 a 60 anos) ou mais, manteve-se o convívio dos casais mistos com a correspondente comunidade indígena, mas esse convívio foi aos poucos tornando-se menos intenso e menos freqüente, até deixar de existir completamente (em parte devido

⁵ MORENO F., Francisco. *Princípios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel Linguística, 1998.

- à extinção das comunidades indígenas puras, em parte devido à constituição de povoados só de mestiços e europeus);
- c. desde o início as comunidades de língua geral apresentaram uma situação de bilingüismo parcial com a respectiva língua européia (português no caso da LGA) com uma maioria de monolíngües na língua geral e uma minoria de bilíngües;
 - d. não houve, em nenhum momento, interrupção na transmissão da LGA, isto é, não ocorreu mudança de língua (*language shift*) nos descendentes mestiços dos europeus e das índias tupi-guaranis; os primeiros pais europeus aprenderam a língua indígena como segunda língua, tendo-se tornado bilíngües; parte das mães indígenas pode ter aprendido a língua européia como segunda língua, mas seus filhos ficaram monolíngües na língua indígena (que pouco a pouco foi-se transformando na língua geral), ou aprenderam a língua européia como segunda língua;
 - e. a língua geral tornou-se durante longo tempo o veículo de contato dos europeus e seus descendentes mestiços com outros povos indígenas alcançados pelas frentes de expansão da sociedade colonial, de modo que estes engrossaram, como bilíngües, o número de seus falantes.

Como ressalta Cabral (2000:107), a Crônica de Bettendorff deixa claro que, desde o início da colonização portuguesa, as condições do contato eram favoráveis ao uso da língua nativa e que, possivelmente, nessa fase do contato não existiam nem mesmo as condições sociais que favorecem o surgimento de pidgins e crioulos. Essa situação é fundamentada pelo fato de que, além dos índios Tupinambá sempre presentes nas expedições que chegavam à região, vários dos homens brancos presentes nessas expedições deveriam ter algum conhecimento do Tupinambá, e outros deveriam ter um bom domínio dessa língua, uma vez que vinham de Pernambuco, onde a língua nativa dominante era o Tupinambá.

Quanto à expansão da LGA, Freire (2004:61) observa que, como idioma oficial das missões da Amazônia, essa língua passou a ser ensinada com relativa sistematização aos índios de diferentes famílias lingüísticas estocados nas aldeias de repartição. Reconhecendo uma situação que já existia de fato, a Coroa Portuguesa decidiu oficializar a LGA como língua da Amazônia. Na Carta Régia de 30 de novembro de

1689, determinou que os missionários deviam ensiná-la não apenas aos índios, mas também aos próprios filhos dos portugueses concentrados nos embriões de núcleos urbanos que se formavam na região.

Assim, segundo Freire (2004:64-66), a LGA passou por um processo de expansão e foi sendo moldada em contato com a língua portuguesa e com as línguas de diferentes povos Tupí e não-Tupí, faladas por índios estocados nas aldeias de repartição, como também pelos mestiços e até mesmo pelos negros africanos, que a partir do final do século XVII começaram a ser introduzidos na área em quantidades reduzidas. A função da LGA era de comunicação interna e seu uso era fundamentalmente oral e familiar, enquanto a língua oficial da colônia e da administração era o Português.

Durante mais de um século, a administração colonial estimulou o uso da LGA em detrimento da língua portuguesa, só modificando essa visão em meados do século XVIII.

2.4. O uso da LGA nas Missões Jesuíticas

Cabral (2000:111) ressalta que os Jesuítas tiveram um papel importante na manutenção e difusão da LGA, pois foram bem conservadores no uso da língua nativa, como deixam transparecer os documentos em Tupinambá por eles produzidos nos séculos XVII e XVIII. Foram os Jesuítas que documentaram a LGA do século XVII, motivados essencialmente pela necessidade de aprenderem a língua para fins catequéticos. Cabral observa também que o desenvolvimento desta não foi criação deles, já que a LGA teve um desenvolvimento proveniente de um contexto que incentivava sua expansão.

Outro dado importante apresentado por Cabral (2000:111) que reforça o fato de que não foram os Jesuítas que criaram ou modelaram a Língua Geral Amazônica é o de que “...poucos padres da Companhia de Jesus atuaram no Maranhão e no Pará durante os primeiros quarenta anos da conquista”.

Cabral retira alguns exemplos da Crônica de autoria de Bettendorff (1990 [1910]) para indicar o uso conservador da LGA pelos jesuítas:

Tem estes Guajajaras de bem serem muito preguiçosos e pouco valentes, serem mui inconstantes e grandes fujões, porque a cada passo tornam a fugir para os seus mattos... não há dúvidas que um dos meios para entrete-los e affeiçoa-los a ficar e estar com os Padres, é ensina-los a tocar algum instrumento para suas folias em dias de suas festas em que fazem suas procissões e dansas, levando deante de si a imagem da Virgem Senhora Nossa, cantando alternativamente: Tupá cý angaturama, Santa Maria Christo Yára.(pg. 272)

...mas também confesso que fóra desta ocasião nunca pude dar-lhes um bom sentimento de Deus quando me vinham ver, antes foi o seu principal maior que, falando lhe eu com todo o empenho do Céu, em nosso collegio do Maranhão, disse estas escandalosas palavras: nicuti ibaca, ibinho ycatú, que quer dizer: Céu não presta pra nada, só a terra sim, esta é boa. (pg, 318)

Ainda baseada na Crônica de Bettendorff (1990 [1910]), Cabral (2000) faz a seguinte observação a respeito da visão de que a LGA foi criada pelos jesuítas:

(...) pelo pouco, porém relevante, conhecimento de que se dispõe da história social dos falantes da Língua Geral Amazônica nas primeiras décadas da conquista, fica descartada a idéia de que foram os jesuítas os seus modeladores. Cabral (2000:111)

Baseada nos dados da Crônica de Bettendorff, Cabral (2000:112), argumenta que há evidências de que em algumas missões de índios de línguas geneticamente distintas das línguas Tupí-Guaraní, a doutrinação era feita inicialmente por meio das respectivas línguas nativas desses grupos, mas que logo o Tupinambá ganhava espaço como língua franca, passando, em várias instâncias, a substituir as línguas originais dos nativos.

É a partir da segunda metade do século XVII que se evidencia o controle dos membros da Companhia sobre os índios aldeados nas missões. A inclusão constante de grupos de escravos indígenas favorecia influências externas no Tupinambá falado pelos mestiços, o qual já sofria pressões do Português, sempre presente na colonização da região.

2.5. Mudanças estruturais ocorridas na LGA

Ao examinar quatro documentos da LGA elaborados no século XVIII – o Dicionário Português-Brasílico (DPB), a Doutrina Cristã em Língua Geral ou Vulgar (DCLG), o Caderno da Língua (CL) e o Vocabulário Português-Brasílico (VPB) –, Cabral (2004) encontra indicações de que as variedades documentadas já se encontravam diferenciadas das variedades do Tupinambá registradas por Figueira e por Bettendorff no século anterior. Segundo Cabral,

Algumas dessas diferenças consistiam em substituições, já consolidadas, de estratégias morfológicas originais por estratégias sintáticas; outras diferenças consistiam em oscilações entre antigos e novos padrões estruturais, que denunciavam a natureza e a direção das mudanças que vieram a estabelecer-se posteriormente e que passaram a caracterizar a LGA a partir do século XIX como uma versão bastante simplificada da língua a partir da qual se desenvolveu. Os textos em LGA registrados no século XVIII trazem importantes indicações de que ao longo de pouco mais de cem anos de uso fora do seu contexto natural, o Tupinambá, embora apresentasse vários sinais de mudanças estruturais em processo, ainda mantinha fortes traços de sua morfologia flexional original. (Cabral 2001)

Os resultados do estudo feito por Cabral revelam, entre outras coisas, que “o processo de diferenciação da LGA com respeito ao Tupinambá ocorreu progressivamente, e que várias das mudanças observáveis posteriormente na sua gramática já começavam a se delinear nos primeiros cem anos de sua história.”

Sobre diferenças entre a LGA do século XVII e o Tupinambá, reproduzimos abaixo a tabela utilizada por Cabral (2000) que contém, na coluna à esquerda, perguntas e respostas do *Catecismo na língua Brasílica* do Pe. Antônio de Araújo, escrito em Tupinambá do início do século XVII, e, na coluna da direita, as correspondentes perguntas e respostas na “língua geral vulgar”, documentada por Bettendorff (os textos nas duas versões estão transcritos na grafia adotada por Edelweiss e não nas grafias

originais). Os comentários de Cabral sobre mudanças ocorridas ou em processo na LGA no século XVII seguem a tabela, como consta na versão original de seu texto.

Catecismo Brasílico	Doutrina em Língua Geral Vulgar
1. P. -- Abá pe erimbaé Tupã oi monhang ypy ybypóramo?	1. P -- Abá pe erimbaé Tupana o monhang ypy ybypora rama?
	<i>‘A quem, então, Deus criou primeiro como habitante da terra?’</i>
R. Asé rubypyrama.	R. Îande paîypy, ou: îande ramuî ypy.
	<i>‘O que seria o primeiro pai da gente’</i>
2. P. -- Mbaé pe oî monhang setéramo?	2. P. -- Mbaé taé oî monhang setêrama?
	<i>‘Que transformou ele em seu corpo?’</i>
R. Ybyuuma nho.	R. Yby piranga; ou: yby piranga suí.
	<i>‘Apenas barro.’</i>
3. P. -- Yby anho nípo asé roó?	3. P -- Yby suîgûara nho îandé roó?
	<i>‘A nossa carne é então apenas terra?’</i>
R. Yby anho.	R. Yby suî gûara nho.
	<i>‘Terra somente.’</i>
4. P. -- Marã te pe asé rekoû o gûeõ riré ne?	4. P. -- Aérame maîaûé îa ikó îa manó riré?
	<i>‘Qual é então a condição da gente após a (sua) morte?’</i>
R. Ybýramo i nhemonhang îebyrë ne.	R. Ybyrama îa nhemonhang îebyr korí.
	<i>‘Voltará a fazer-se em terra.’</i>
5. P. -- Umã me pe Tupã aipó îandé rubypy retêrama monhang?	5. P. -- Umáme taé Tupana aipó îandé ramuî ypy retêrama monhang ?
	<i>‘Onde criou Deus o corpo desse nosso primeiro pai?’</i>
R. Nhü damasceno serëbae pupé.	R. Nhü pupé, ou ; oîepé campina pupé, Damasceno îaba.
	<i>‘Num campo chamado damasceno.’</i>
6. P. -- Mbaé pe oî monhang i ángamo?	6. P. -- Mbaé suí taé o monhang i anga ?
	<i>‘Que transformou ele em alma?’</i>

R. -- Nã mbaé ruã.	R. – Nitio mbaé suí. <i>‘(De) coisa alguma.’</i>
7. P. -- O manõbae pe asé anga?	7. P. -- Omanó oirandé îandé anga, îandé roó îabé? <i>‘É mortal nossa alma?’</i>
R. -- N’o manômbae ruã.	R. Nitio o manó. <i>‘Não é mortal.’</i>
8. P. -- O îekua pe?	8. P. -- Oré sepiak kuab taé îandé anga? <i>‘É visível?’</i>
R. -- Nd’o îekuabi.	R. Nitio oré sepiak kuab. <i>‘Não é visível.’</i>
9. P. -- Maránamo pe?	9. P. -- Mbaé resé? <i>‘Por quê?’</i>
R. O gûeté eýmamo nhe.	R. Nitio seté o gûerekó resé. <i>‘Por não ter corpo.’</i>

Cabral (2000:113) deixa claro em seu texto que Rodrigues (1996:18-19) já ressaltara algumas das importantes mudanças estruturais comuns às três línguas gerais sul-americanas desenvolvidas a partir de línguas Tupí-Guaraní, entre as quais, a LGA. Segundo Cabral, já no século XVII algumas dessas mudanças mencionadas por Rodrigues diferenciavam a LGA da língua Tupinambá. Duas importantes observações de Cabral sobre essas mudanças são as seguintes:

a) na pergunta **2** em LGA (Mbaé taé oî monhang setè**rama** ? ‘Que transformou ele em corpo?’), a palavra **setèrama** tem **rama** ‘marca de futuro’ no lugar do caso predicativo que aparece na forma correspondente do Tupinambá setè**ramo**. Trata-se de um exemplo do que Rodrigues chama de:

Redução do sistema de casos morfológicos, com o desaparecimento dos casos argumentativo, predicativo, locativo difuso, locativo situacional e vocativo, e persistência só do locativo pontual, com o seu valor ampliado para um locativo genérico, em contraste com uma forma não marcada para caso: Tupinambá i-po’ýr ‘ele

tem contas de colar’, i-po’ýr-a o-páb “as contas se acabaram” (contraste entre po’ýr, nome em função de predicado, sem sufixo casual, e po’ýr-a, nome em função de argumento, com o sufixo -a do caso argumentativo); LGA aé urikú puíra ‘ele tem contas’, i-puíra upáwa ‘as contas dele se acabaram...’

b) na resposta da pergunta **2** em LGA, a construção **yby piranga** ‘terra vermelha’ substitui a palavra original do Tupinambá para barro **ybyu’úm-a**; na resposta da pergunta **5**, a palavra **nhü** ‘campo’ do Tupinambá é opcionalmente substituída por **campina**; e na resposta da pergunta **1**, **paî** substitui a raiz **-ub** ‘pai’ do Tupinambá. Estes são exemplos do que Rodrigues chama de:

adoção de empréstimos lexicais e decalques fraseológicos do português (LGP e LGA), não só para conceitos de cultura do tipo ocidental, mas também para alguns conceitos não culturais e universais.

2.6 Conclusão

Neste capítulo mostramos a posição da LGA na família lingüística Tupí-Guaraní como sendo uma língua independente, mas que se desenvolveu a partir do Tupinambá falado no norte do Brasil, na época da colonização do Maranhão e do Grão Pará, como defendido por Rodrigues (1996). Ressaltamos as indicações apresentadas por Rodrigues (1996) e por Cabral (2000, 2004) de que a LGA não foi uma criação dos Jesuítas, mas que sofreu interferências do Português e de outras línguas indígenas durante o seu desenvolvimento. O Tupinambá, mesmo tendo sofrido modificações nos contextos mestiços, continuou a ser transmitido para as gerações seguintes, o que garantiu a sua continuidade ao longo de três séculos e a manutenção de importantes traços estruturais que identificam a LGA como língua da família Tupí-Guaraní.

Capítulo III - Comparação dos termos de parentesco do Tupinambá com os termos de parentesco da LGA

3.1. Introdução

Neste capítulo comparamos os termos de parentesco descritos para o Tupinambá pelo Pe. Antônio de Araújo (1618) com os termos de parentesco da LGA descritos pelo Pe. Luiz Fellippe Bettendorff na segunda metade do século XVII. A comparação tem por objetivo identificar as mudanças ocorridas na terminologia de parentesco do Tupinambá na versão da LGA do século XVII. Os resultados desta comparação contribuirão com evidências lexicais para a discussão desenvolvida nesta dissertação sobre a origem e desenvolvimento da LGA.

3.2. Sobre o sistema de Parentesco do Tupinambá

Florestan Fernandes (1963), tomando por base informações detalhadas sobre o sistema de parentesco do Tupinambá fornecidas por Anchieta e cronistas da época, resume as principais características deste sistema, algumas das quais encontram-se no trecho reproduzido abaixo:

O sistema de parentesco do Tupinambá caracteriza-se essencialmente pelo fato de atribuir designativos equivalentes aos parentes do lado materno e do lado paterno. Trata-se, pois, de um sistema de parentesco bilateral. Dentro de cada geração, porém, de acordo com a forma tribal de reconhecer a proximidade dos laços de parentesco consangüíneo, os indivíduos eram designados com termos diferentes. Assim, os primos e primas paralelos dispensavam-se o tratamento recíproco de irmãos. Os primos e primas cruzados recebiam um tratamento distinto, parcialmente documentado. Os indivíduos que se tratavam como irmãos e irmãs (reais e classificatórios)

distinguiam, de acordo com o sexo, o irmão mais novo do irmão mais velho ou a irmã mais nova da irmã mais velha. Existiam também termos especiais para designar o homem mais novo ou a mulher mais nova de um grupo de irmãos ou de um grupo de irmãs. Este princípio, que pode ser interpretado como princípio de equivalência dos irmãos, estava associado às distinções feitas nas duas gerações imediatas à de *ego*, isto é, a ascendente e a descendente. O irmão do pai era designado como pai, e a irmã da mãe, literalmente, como “companheira da mãe”, enquanto o tio materno e a tia paterna recebiam tratamento especial. Os filhos de irmãos e irmãs, por sua vez, deviam ser designados como filhos e filhas pelo tio paterno ou pela tia materna. “Todos os filhos e filhas de irmãos têm por filhos e assim os chamam; e desta maneira um homem de 50 anos chama pai a um menino de um dia, por ser irmão do seu pai.” [Anchieta, *Cartas*, págs. 329-330).] Na segunda geração ascendente, os avós paternos e maternos e seus irmãos ou primos paralelos eram designados com dois únicos nomes, de acordo com o sexo. A mesma coisa ocorria na segunda geração descendente, cujos membros descendiam de indivíduos classificados na geração anterior, e em relação a *ego*, como “filhos” ou “filhas”, “sobrinhos” ou “sobrinhas”. De acordo com o sexo também eram designados com dois únicos termos. Os parentescos por afinidade eram estabelecidos em função do *status* ocupado pelo novo membro no interior da família, em relação a um parente intermediário. (Fernandes 1963:201-203).

Tendo o Tupinambá passado gradativamente a ser a língua geral de falantes de diferentes línguas, é natural que as expressões originais para designar as relações de parentesco tenham sofrido mudanças. Contudo, como mostraremos adiante, a LGA, embora tenha modificado certas distinções que caracterizavam o sistema de parentesco original do Tupinambá, manteve várias das características deste sistema, mesmo sob a influência dos europeus, dos mestiços vindos da costa do nordeste do Brasil, e dos índios de outras etnias, todos presentes no contexto social do início da colonização do Maranhão e Grão Pará.

3.2.1. O sistema de Parentesco do Tupí-Guaraní segundo Wagley e Galvão (1946)

Wagley e Galvão (1946), com base em uma pesquisa sistemática realizada por eles entre dois grupos Tupí-Guaraní, Tapirapé e Tenetehára, assim como na pesquisa realizada por Virginia Drew Watson⁶ entre os Kaiwá, identificam as principais características do sistema de parentesco de três povos Tupí-Guaraní. Segundo esses autores, as categorias de parentesco dessas três tribos são essencialmente idênticas e caracteriza-se por ser bilateral:

...isto é, não há ênfase no sistema nem para o lado paterno, nem para o materno. Todos os parentes da geração de um indivíduo (irmãos, irmãs, primos paralelos ou cruzados) são classificados como 'irmão' e 'irmã'; existem designações para a irmã mais velha e a mais nova quando uma mulher está falando e um termo para irmão mais novo e o mais velho, quando o homem está falando. Wagley e Galvão (1946: 3).

Algumas das características do sistema de parentesco dos Tapirapé, dos Tenetehára e dos Kaiwá descritos por Wagley e Galvão (1946) são os seguintes:

- O irmão do pai é classificado como verdadeiro pai, e a irmã da mãe como verdadeira mãe.
- Os filhos de um irmão ou irmã do mesmo sexo de quem fala, isto é, do ponto de vista da mulher os filhos de sua irmã e do ponto de vista do homem os filhos de seu irmão são classificados como sendo seus próprios filhos.
- Já os filhos da irmã de um homem e os do irmão de uma mulher recebem designações especiais, que os autores traduzem por “sobrinho” e “sobrinha”.

⁶ WATSON, VIRGINIA DREW. Notas sobre o sistema de Parentesco dos Índios Cayuá. Sociologia, vol. VI, n.º 1, p. 31-48. 1944.

- Existem duas designações para os avós, distinguindo-os de acordo com o seu sexo, e duas designações para os netos, mas distinguindo-os segundo o sexo de quem fala.

Para Wagley e Galvão (1946:4), o sistema de parentesco dos Tapirapé, dos Tenetehára e dos Kaiwá têm formas basicamente similares de organização social. Esses autores observam que os três grupos têm famílias grandes chefiadas por um homem mais velho que atrai um grupo de jovens, por meio da residência matrilocal. Observam também que as tribos Tupí (Tupí-Guaraní) do litoral, já extintas, também são citadas na literatura como tendo grandes grupos de famílias, e que o noivo se tornava servo do sogro, exceto quando fosse irmão da mãe da noiva.

Wagley e Galvão (1946: 4-5) observam que o casamento preferido entre os Tupi do litoral parece ter sido o de uma jovem com seu tio materno. Mas ressaltam que esse tipo de casamento não foi observado entre os grupos por eles pesquisados – os Kaiwá, os Tapirapé e os Tenetehára. Esses autores ressaltam que o esquema por eles proposto para explicar o sistema de parentesco dessas três tribos não pode ser estendido a todas as tribos Tupí-Guaraní, devido à escassez de dados.

3.3. Mudanças sofridas nos termos de parentesco da LGA

É natural que o sistema de parentesco do Tupinambá tenha sofrido abalo imediato com os primeiros casamentos de índias Tupinambá com europeus, ou com mestiços vindos de Pernambuco ou da Bahia. Ao longo do primeiro século de colonização do Maranhão e do Grão Pará, a organização social dos Tupinambá foi se diluindo no novo contexto social imposto pela colonização.

Comparamos, em seguida, a terminologia de parentesco da LGA apresentada por Bettendorff (século XVII) com a terminologia de parentesco do Tupinambá apresentada pelo Pe. Antônio de Araújo (1618), com o objetivo de identificar as mudanças ocorridas na terminologia da LGA do século XVII.

A tabela abaixo contém, na coluna da esquerda, as glossas; na coluna do meio, os termos de parentesco do Tupinambá, de acordo com o Pe. Antônio de Araújo; e na

coluna da direita, os termos correspondentes na LGA, registrados por Bettendorff (século XVII). Observamos que foram mantidas as grafias originais dos dados das duas línguas.

Glossa	Tupinambá	LGA
‘avô’	tamîya (ambos os sexos)	tamuya
‘avó’	arîya (ambos os sexos)	arya
‘filho do homem’	taîra	taýra
‘filha do homem’	taîra	tayira
‘filho, e filha da mulher’	membîra	mýmbýra
‘genro do homem’	taiîmêna	tajira mêna
‘genro da mulher’	peûma	membimêna
‘irmãos gêmeos’	cõya ou coïgoêra	monoxí
‘irmã mais nova da mulher’	pîquîra.	amua
‘irmã mais velha da mulher’	tiquerâ	amua
‘irmão da mulher’	quîbira	kýbýra
‘irmã do homem’	tendîra	tendýra
‘irmão mais novo do homem’	tîbira	cerebýra
‘irmão mais velho do homem’	tîquîra	tekiýra
‘madrasta’	cîra	mayá recobiára
‘mãe’	cî	maya
‘pai’	tûba	paya, ou tuba
‘meio irmão do homem’	acîcoêra	muacikéra
‘nora do homem’	taíratî	tayratý, ou taytay
‘nora da mulher’	membîtatî	membý tatý
‘netos do homem’	VLB ⁷ tigmiminõ	temiminóm
‘netos da mulher’	temiârirõ	temiarirón

Os dados apresentados acima mostram que a LGA do final do século XVII ainda mantinha distinções fundamentais do sistema de parentesco do Tupinambá, como por

⁷ Anônimo. (1938) *Vocabulário na Língua Brasílica*, manuscrito português-tupi do século XVII, 1621, transcrito e prefaciado por Plínio Ayrosa, São Paulo.

exemplo, a distinção bilateral, que implicava relações simétricas de ambos os lados, paterno e materno.

Correspondentes de alguns nomes de parentesco do Tupinambá não foram registrados no vocabulário da LGA organizado por Bettendorff, como, por exemplo, os termos para tios e sobrinhos. Para o Tupinambá foram registrados dois termos para “parente”, *anama*, definido como ‘parentes ou parentela em geral’, e *mũ* ‘nome que significa parentesco geralmente ou pessoa da mesma geração’ (Araujo 1618, fl. 114 e 115). Bettendorff registra também *anáma* como ‘parente’, mas traz *xemum* (em que *xe* significa ‘meu’) com as especificações “irmão ao irmão” e “primo do homem”, e também *xeamum* (provável engano por *xemum*) com a especificação “irmã à irmã”. Além disso, Bettendorff registra como “meio irmão do homem” a expressão *muacikéra*, que mais provavelmente corresponde ao mesmo *mũ* do Tupinambá especificado com o termo *acicoéra* interpretado como “irmão, ou irmã carnal, he comum a ambos os sexos” (Araujo 1618, fl. 113v). Tanto o termo do Tupinambá *acicoéra*, quanto o da LGA *muacikéra*, referem-se ao filho da mesma mãe, mas de pai diferente.

Para ‘irmã mais nova da mulher’ e ‘irmã mais velha da mulher’, a LGA não conserva a distinção que existia no Tupinambá, e designa tanto a irmã mais nova quanto a mais velha pelo mesmo termo, *amua*.

O uso do empréstimo do Português para mãe, *maya*, talvez expresse a preferência por um termo que denote um relacionamento mais próximo, em que a mãe se torna mais diligente e protetora.

Para o genro e a nora do homem, em Tupinambá, eram usadas as expressões descritivas compostas *taiîména* ‘genro do varão’ (lit. marido da filha do homem) e *tairatî* ‘nora do varão’ (lit. esposa do filho do homem), enquanto que para a nora da mulher também havia análoga expressão composta, *membiratî* ‘nora da femea’ (lit. esposa do filho da mulher), mas para o genro da mulher havia um nome específico, *peûma* ‘genro da molher’. A LGA conservou os nomes descritivos compostos e também o termo simples *peýma*.

Alguns nomes de parentesco da LGA registrados por Bettendorff se desenvolveram muito provavelmente sob influência do Português. São exemplos os casos dos nomes para ‘bisneto do homem’ e ‘bisneto da mulher’, ‘bisavô materno e paterno’ e ‘bisavó materna e paterna’, e os nomes para ‘padrinho’ e ‘madrinha’, ‘afilhado’ e ‘afilhada’, que são conceitos estranhos à cultura e à língua Tupinambá e são consideradas traduções neológicas. Esses nomes são mostrados no quadro seguinte:

Glossa	LGA	Tradução literal
‘bisneto do homem’	temiminõn raýra	filho do neto do homem
‘bisneto da mulher’	temiariron raýra	filho do neto da mulher
‘bisavô paterno’	paya ramuya	avô do pai
‘bisavô materno’	maya ramuya	avô da mãe
‘bisavó paterna’	paya arýia	avó do pai
‘bisavó materna’	maya arýia	avó da mãe
‘filho bastardo do pai’	taýra amó cunham mýmbýra	filho (do homem) filho de outra mulher

Alguns nomes são traduções neológicas de conceitos trazidos pelos europeus:

Glossa	LGA	Tradução literal
‘afilhado/afilhada da mulher’	membyra angaba	filho afetivo da mulher
‘afilhado do homem’	taýra angaba	filho afetivo do homem
‘madrinha’	maýa angaba	mãe afetiva
‘padrinho’	paýa angába, ou pay angába	pai afetivo

A LGA nas palavras para bisavô e bisavó, os empréstimos do Português *paya* e *maya* se combinam com as palavras do Tupinambá *ramuya* ‘avô’ e *ariya* ‘avó’, evidenciando formações híbridas. Já os novos conceitos de palavras como ‘madrinha’ e ‘padrinho’ passaram a ser representados por construções neológicas do Tupinambá, onde o termo *angaba* transmite a idéia de afetividade e proximidade. Assim, os conceitos de ‘madrinha’ e ‘padrinho’ se aproximavam das funções que desempenham o ‘padrinho’ e a ‘madrinha’ na cultura européia.

Finalmente, a expressão apresentada por Bettendorff como designação para ‘filho bastardo’ é formada de palavras do Tupinambá (*taýra* ‘filho do homem’, *amo*

‘outro’, *kunhã* ‘mulher’, *membýra* ‘filho/a da mulher’), e significa ‘filho do homem (que é) filho de outra mulher’.

3.4. Conclusão

Neste capítulo, comparamos termos de parentesco do Tupinambá com termos de parentesco da LGA, por se tratar de um campo semântico bastante especializado, que retrata a complexidade das relações sociais de cada cultura. Os resultados da comparação mostram que, embora a LGA tenha se desenvolvido inicialmente em aldeias Tupinambás, ia se transformando sob influência da cultura dos colonizadores e passando a ser a língua de mestiços nascidos dos casamentos de índias Tupinambás com europeus. Nessa transformação, a LGA passava a refletir, conseqüentemente, todas as interferências do contato. Entretanto, mesmo depois de decorridos aproximadamente cinquenta anos da chegada dos Portugueses, ainda eram mantidas características importantes da terminologia de parentesco do Tupinambá. Destas, destaca-se a característica de um sistema de referência bilateral, em que termos são distinguidos de acordo com o sexo do ego masculino ou do ego feminino. A comparação evidencia também que a LGA já havia reduzido algumas dessas distinções e que já havia incorporado conceitos da cultura de origem européia, representando-os por termos com significados aproximados, como são os casos de ‘madrinha’ e ‘padrinho’. Finalmente, os resultados da comparação constituem evidências de que, no que diz respeito aos seus termos de parentesco, a LGA sofreu interferências externas, mas não com intensidade suficiente para caracterizar o seu desenvolvimento como sendo não-genético. Isto porque importantes distinções do sistema de parentesco original do Tupinambá foram mantidas mesmo sob interferência de uma cultura com sistema de parentesco bastante diferenciado.

Capítulo IV - Mudanças Lexicais Ocorridas na LGA

4.1. Introdução

Neste capítulo, comparamos nomes de alguns animais, de plantas e de elementos da natureza, de adjetivos e de verbos da LGA, com palavras correspondentes do Tupinambá. A comparação tem em vista a identificação das mudanças lexicais ocorridas, tanto no nível dos mecanismos de mudança (substituições, calques, adaptações) quanto nos níveis semântico e estrutural dos nomes, mudanças estas que já diferenciavam a LGA no século XVII do Tupinambá.

4.2. Características das mudanças lexicais ocorridas nos nomes da LGA

Antes de abordar as mudanças lexicais ocorridas na LGA, comentaremos brevemente a visão de Rodrigues (1996) acerca do caso argumentativo.

Rodrigues (1996:57) observa que o Tupinambá tem duas classes lexicais principais e identificáveis morfologicamente, o nome e o verbo. Os verbos podem receber prefixos pessoais marcadores de sujeito, o que não ocorre com os nomes.

Nomes, verbos e posposições constituem as três classes lexicais que têm flexão. Um processo morfossintático que ocorre frequentemente nessas três classes “consiste na marcação da dependência de um determinante (ou nome dependente) em relação ao núcleo de uma construção sintática, por meio de prefixos flexionais acrescentados ao núcleo.” (1996:58). A flexão relacional é uma maneira de licenciar, na sintaxe, o que no léxico é relativo, isto é, o que se relaciona a um determinante.

Os prefixos estabelecem a relação de dependência e assinalam a contigüidade ou a não contigüidade sintática do determinante. Cada marcador tem dois alomorfes cuja distribuição divide todos os nomes, verbos e posposições em duas classes morfológicas:

- a) classe I - com *θ*- para contíguo e *i*- para não contíguo.
- b) classe II - com *r*- para contíguo e *s*- ~ *t*- para não contíguo.

Com marcador casual, nomes e verbos funcionam como argumentos, e sem marcador casual, nomes e verbos funcionam como predicados. O caso mais geral para marcação de argumentos é o caso argumentativo, comum a todas as funções argumentais: sujeito de verbos intransitivos e transitivos, objeto direto, possuidor e objeto de posposição (Rodrigues, 1996:65).

De acordo com Rodrigues (1996:60), o caso argumentativo (antes chamado caso nominal ou nominativo) com o sufixo *-a* ~ \emptyset compreende todas as principais funções gramaticais, como as de sujeito de verbos intransitivos e transitivos, de objeto direto, de possuidor e de objeto de posposição. Segundo Rodrigues (2000), o sufixo do caso argumentativo é um morfema terminal de palavras. Assim, qualquer palavra, em função argumentativa, termina necessariamente com esse sufixo, o qual é permutável com os demais sufixos casuais quando o tema assume função de um dos complementos locativos que requerem tais sufixos.

O caso argumentativo ocorre com o sufixo *-a* em temas que terminam em consoante, e ocorre com o sufixo \emptyset quando o tema termina em vogal. A LGA não guarda mais o caso argumentativo, sendo que o *-a* final das palavras nesta língua se tornou parte do tema.

Segundo Rodrigues (1986:104), as mudanças lexicais ocorridas na LGA não foram muito numerosas. Consistem, sobretudo, na formação de palavras para nomear coisas e conceitos estranhos à cultura indígena, na substituição de palavras nativas por empréstimos do Português, como por exemplo, *paya* (pai) e *maya* (mãe), e na ampliação ou restrição no significado de certas palavras.

As comparações deste capítulo são feitas entre palavras do Tupinambá retiradas do Pequeno Vocabulário Português-Tupi, de autoria do Pe. Lemos Barbosa (1970) com palavras da LGA registradas por Bettendorff na segunda metade do século XVII.

Os tipos de mudanças lexicais sofridas pelos nomes originais do Tupinambá na versão da LGA considerada neste estudo são as seguintes:

a) Substituição, na LGA, de um nome expresso por meio de um tema simples ou derivado, por construções sintáticas descritivas, mas constituídas de palavras do Tupinambá e seguindo padrões sintáticos deste.

Alguns exemplos ilustrativos deste tipo de mudança são as palavras para ‘baleia’, ‘beira mar’, ‘cabeceira do igarapé’, ‘centopéia’, ‘galo’, ‘nevoeiro’, ‘relâmpago’, ‘tempestade’, ‘lua nova’, ‘lua crescente’, ‘lua cheia’, ‘luar’, ‘lua minguante’, e ‘vaca’.

Glossa	Tupinambá	LGA
baleia	pirapuama	pira oçui paranã oçú pora
beira mar	yembeyba	parána remiyba
cabeceira do igarapé	yapyra	ygarapé reapýra
centopéia	ambuá	jurupari kybaba
galo	güyrassapucaia	çapucaya apyába
nevoeiro	ybytinga	ybytu rána
relâmpago	amãberaba	Tupan berába
tempestade	ybytuaíba	ara ayba ete
lua nova	jassyssema	jacy peçaçu
lua crescente	jassyssema	jacy jemoturuçu
lua cheia	jassyobaguassu	jacy çoba oçu
luar	jassyendy	jacy rendy
lua minguante	jassyangaibara	jacy jeaxoca
vaca	tapiíra	tapýîra cunham

A palavra Tupinambá para baleia é *pirapuama*, resultado da composição de *pirá* ‘peixe’ + *pu’am-* ‘levantar-se’ + *-a* ‘caso argumentativo’, cujo significado literal é ‘peixe levantado’. Na LGA, esta palavra foi substituída pela expressão descritiva *pira oçui paranã oçú pora*, cujos elementos são *pira* ‘peixe’, *oçui* ‘intensivo’, *paraná* ‘rio’, *oçu* ‘intensivo’ *pora* ‘conteúdo’, que significa literalmente ‘peixe grande (que é) conteúdo do rio grande (isto é, do mar)’.

Em Tupinambá, ‘beira mar’ é *’yembé’yba*, palavra formada pela composição de *’y* ‘água’ + *-embé* ‘lábio’ + *-’yb* (etimologia desconhecida) + *-a* ‘caso argumentativo’, mas na LGA este conceito fixou-se na expressão *parána remiyba*, literalmente ‘beira do rio’, em que *paraná* ‘rio’ (proveniente do Tupinambá *Paraná* ‘mar, rio caudaloso’) é que determina *remiyba* ‘beira’. Em Tupinambá, ‘cabeceira de igarapé’ é *’yapýra*, formado de *’y* ‘água’ + *apýr* ‘ponta’ + *-a* ‘caso argumentativo’, enquanto que na LGA esse conceito é expresso pela expressão sintática *ygarapé reapyra*, formada de *ygarapé* ‘igarapé’ determinando *reapyra*, que por sua vez é formado de *re* (Tb *ry*) ‘líquido’ + *apýr* ‘ponta’ + *-a* ‘caso argumentativo’. Em Tupinambá, ‘centopéia’ é *ambuá*, mas *jurupari kybaba* na LGA, em que *jurupari* ‘espírito do mal’ é determinante de *kybaba* ‘pente’, logo ‘pente do diabo’.

Em Tupinambá, nevoeiro é *ybytinga*, formado de *yby* ‘terra’ + *tíng* ‘fumaça’ + *-a* ‘caso argumentativo’, enquanto na LGA fixou-se para expressar este conceito a expressão *ybytu rána*, em que *ybytu* ‘vento’ é seguido de *rana* ‘similitivo’, logo ‘semelhante ao vento’. Em Tupinambá, ‘galo’ é *wyrásapukája*, formado de *wyrá* ‘ave’ + *sapukáj* ‘gritar’ + *-a* ‘caso argumentativo’, mas *çapucaya apyába* na LGA, cujos constituintes são *çapucaya* ‘galinha’ (ou ‘galináceo’) determinando *apyába* ‘macho’, logo ‘macho de galinha’.

Em Tupinambá ‘relâmpago’ é *amãberába*, formado de *amán* ‘chuva’ + *-beráb* ‘brilho’ + *-a* ‘caso argumentativo’, mas *Tupan beraba* na LGA, na qual *tupã* ‘trovão’ determina *beraba* ‘brilho’, significando literalmente ‘brilho do trovão’. Em Tupinambá, ‘tempestade’ é *ybytuáiba*, formado de *ybytu* ‘vento’ + *aíb-* ‘ruim’ + *-a* ‘caso argumentativo’, mas *ara ayba ete* na LGA, formado de *ara* ‘dia, tempo’ + *-aíba* ‘ruim’ e *ete* ‘verdadeiro’, significando literalmente ‘tempo muito ruim’.

Em Tupinambá, ‘lua nova’ é *jasýséma*, formada de *jasý* ‘lua’ + *-sém* ‘sair’ + *-a* ‘caso argumentativo’, literalmente ‘lua sainte’, mas *jaçy peçaçu* na LGA, formado de *jaçy* ‘lua’ e *peçaçu* ‘novo’, literalmente ‘lua nova’, evidentemente calcado no Português. A palavra para ‘luar’ em Tupinambá era *jasýendý*, ‘luz de lua’, ‘luz lunar’, composta de *jasý* ‘lua’ e *-endý* ‘luz’. Na LGA, este composto foi substituído pela expressão sintática *jasy rendy*, em que os dois termos entram em relação de determinação, indicada pela presença do prefixo relacional *r-* no tema para ‘luz’, logo ‘luz da lua’. Em Tupinambá, ‘boi’ e ‘vaca’ foram chamados pelo mesmo nome *tapi’ira* dado à anta, mas na LGA a vaca passou a ser chamada de *tapyira cunham*, formado de *tapi’ira* ‘anta’ e *cunhã* ‘fêmea’, literalmente ‘fêmea do boi’.

(b) Substituição da palavra original do Tupinambá por outra(s) palavra(s) desta mesma língua.

Glossa	Tupinambá	LGA
‘boca da noite’	caruquypy	pytû pytuna
‘boto (peixe)’	aicá	pyra jagoara
‘nevoeiro’	ybytinga	ybytu rana

Em Tupinambá ‘boca da noite’ era *karúkypý*, composto formado de *karúk* ‘final do dia’ + *ypý* ‘início’. Já na LGA, este conceito passou a ser expresso pela palavra ‘noite’ *pytun* reduplicada, cuja forma é *pytupytuna*. A palavra para ‘boto’ em Tupinambá é *aiká*, mas na LGA este animal passou a ser chamado de *pirá jagoara*, de *pira* ‘peixe’ e *jawara* ‘onça’, literalmente ‘peixe onça’ ou ‘peixe cachorro’. A palavra para ‘nevoeiro’ em Tupinambá era *ybytinga*, mas na LGA o mesmo fenômeno passou a ser chamado de *ybytu rana* ‘similar a vento’, de *ywytu* ‘vento’ e *rana* ‘similitivo’.

c) Substituição de palavras originais do Tupinambá por empréstimos do Português para nomear elementos culturais.

Um exemplo deste tipo de mudança é a palavra para ‘abelha’, que em Tupinambá, era *eírúba*, composição de *eír* ‘mel’ + *-úb* ‘pai’ + *-a* ‘caso argumentativo’, literalmente ‘pai do mel’, mas na LGA, o nome ‘pai’ foi substituído pela palavra para ‘mãe’, *maya*, empréstimo do Português, fixando-se o nome da abelha como *eira maya*, literalmente ‘mãe do mel’.

d) Uso de palavra original do Tupinambá para nomear empréstimo cultural introduzido no contato com falantes do Português.

Em Tupinambá a palavra *so'ó* 'animal de caça' passou a ser usada também para nomear o gado introduzido pelos europeus, mas na LGA foi a palavra *mimbábo*, que em Tupinambá designava 'animal de criação' (*mimbába*), é que passou a referir o conceito de 'gado'.

e) Empréstimos culturais que entraram na LGA para nomear conceitos, funções e utensílios, em conseqüência do contato com falantes do Português, sendo que alguns sofreram adaptações fonéticas e ou fonológicas.

Exemplos desses empréstimos registrados por Bettendorff são os seguintes:

Glossa	LGA
'anel'	anéra
'camisa'	camixá
'cavalo'	cabaru
'copo'	copo
'ferreiro'	pereirú
'fresta'	janéra
'funil'	funãra
'governar'	governar
'juis'	juis
'justiça'	justiça
'licença'	licença
'livro'	papera
'merecer'	merecer
'merendar'	merendara
'martelo'	martera
'soldado'	sorara
'tambor'	tambora

f) Calques do Português.

O vocabulário da LGA de autoria de Bettendorff inclui vários calques do Português, em que frases com palavras do Tupinambá são usadas para traduzir conceitos e expressões introduzidos pelos não índios durante os primeiros cinquenta anos do contato. Exemplos de calques são:

Português	LGA	Tradução literal
‘arco da velha’	goaimîm uirapára	‘arco da velha’
‘bautismo’	yg carayba pupé	‘com água santa’
‘boas noutes’	ene petuna catú	‘nossa boa noite’
‘cabeça de alhos’	ybarema acanga	‘cabeça de fruta fedida’
‘cemeterio’	Tupan oca rocara	‘pátio da casa de Deus’
‘dia grde. de festa’	ara eté oçú	‘grande dia importante’
‘dia de cinza’	tanimbuca ara	‘dia de cinzas’
‘frade de missa’	Páy Missa monhangára	‘padre fazedor de missa’
‘lavadeira’	pana petecara	‘batedora de panos’

4.3. Mudanças estruturais nas formas nominais do Tupinambá desenvolvidas na versão da LGA do século XVII.

O vocabulário da LGA do século XVII, de autoria de Bettendorff, mostra que vários nomes do Tupinambá formados por composição foram substituídos por construções sintáticas que expressam relações de determinação nominal, como ilustrado na palavra ‘luar’ apresentada anteriormente, que era *jassyendy* no Tupinambá, mas que fixou-se como *jacy rendy* na LGA.

Embora ambas as construções tenham sido herdadas do Tupinambá, nesta língua a primeira é formada por um processo de composição envolvendo dois nomes, o segundo, à direita, podendo funcionar tanto como adjetivo (*jasýendý* ‘lua luminosa’) ou

como nome ('luz lunar'). Já na LGA, pode ser construído um sintagma nominal, em que o elemento da direita é determinado pelo elemento à esquerda (*jasý rendý* 'brilho da lua') (cf. Rodrigues 1981). Outros exemplos de compostos em Tupinambá são os seguintes:

Glossa	Tupinambá	Significado literal
baleia	pirápu'áma	'peixe levantado'
galo	wyrásapukája	'ave gritante'
nevoeiro	ybytínga	'fumaça da terra'
relâmpago	amãberába	'brilho da chuva'
tempestade	ybytúaíba	'vento ruim'
lua nova, lua crescente	jasýséma	'lua sainte'
lua cheia	jasýobáwasú	'lua face grande'
luar	jasýendý	'luz lunar'
lua minguante	jasýangaibára	'lua magra'

A tendência de nomear entidades por meio de construções sintáticas já se observava na LGA do século XVII, distinguindo-a, dessa forma, do Tupinambá falado nas aldeias. A palavra para 'tempestade', que em Tupinambá era *ybytúaíba*, composta de *ybytú* 'vento' + *aíb* 'ruim' + *-a* 'caso argumentativo', lit. 'vento ruim', foi substituída por *ara ayba ete*. Neste exemplo, a palavra *ara* 'dia' constitui com *aiba* 'ruim' um sintagma complexo. Ainda neste exemplo, a expressão *ara aiba* é seguida do morfema *ete* 'genuíno', que figura como partícula e não como morfema derivacional aos moldes do Tupinambá. Essa construção ilustra tanto a substituição de nomes expressos por uma única palavra por construções analíticas, como também indica que *ete* já aparece como partícula e não mais como sufixo.

A predisposição da LGA para o analítico, em detrimento de construções sintéticas, é atestada pelo uso do sufixo derivacional do Tupinambá (*-wasú* ~ *-usú*) que tinha o significado de 'intensivo', como partícula. Esta predisposição é comprovada pela oscilação entre o uso do morfema 'intensivo' do Tupinambá - originalmente um

sufixo -, ora como sufixo, ora como partícula na LGA, como ilustrado pelos seguintes exemplos:

-osú como sufixo:

Glossa	LGA	
‘águas vivas’	yg apo oçú	lit. ‘grande espécie de charco coberto de mato’
‘cebola’	ybarema oçu	‘fruta fedida grande’

O fato de Bettendorff registrar *oçu* como palavra separada, pode estar relacionado ao fato de que a ocorrência deste morfema como forma livre fosse mais freqüente do que como forma presa. Contudo, nos dois exemplos dados na tabela acima, é mais provável que fossem sufixos e fizessem parte dos temas *ygapooçú* e *ybaremoçu* do Tupinambá.

-osú como partícula:

Glossa	LGA	Tradução Literal
‘alarve’	ocoáub eýma oçú	‘não-sabe grande’
‘alarve, que come muito’	týara oçú	‘fome grande’
‘bicho (doença)’	ceicoara oçu	‘ânus grande’
‘dia grande de festa’	ara eté oçú	‘dia importante grande’
‘lua cheia’	jacy çoba oçu	‘lua cara grande’

Em todos estes exemplos, o morfema *oçú* é usado como partícula. A evidência é a presença do morfema flexional *-a* do Tupinambá ‘caso argumentativo’, que delimitava o final de palavras correspondentes a nomes argumentos.

Além das ocorrências do morfema *oçú* como partícula, há também evidências de que outros morfemas derivacionais presos do Tupinambá tinham uso como partículas na

LGA. Estes são os casos dos morfemas *eté* ‘genuíno’ e *rana* ‘similitivo’, como mostram os exemplos seguintes:

eté:

Glossa	LGA	
‘barbara couza’	mbaé ayba oçu eté	‘coisa ruim grande muito’
‘amaldiçoar’	nheeng aýba eté	‘falar ruim muito’
‘onça’	jagoára eté	‘onça verdadeira’

rana:

Glossa	LGA	
‘nevoeiro’	ybytu rána	‘semelhante a vento’
‘alfavaca de cobra’	arfabaca râna	‘semelhante a alfavaca’

Estes exemplos mostram a ocorrência de *rana* como partícula. Nos dois exemplos, Bettendorff escreve a palavra *rana* separada do nome que este morfema modifica. No caso de *arfabaca* (planta cultivada, perfumosa), este empréstimo do Português tem acento na penúltima sílaba, coincidindo a vogal final com o som *a* átono encontrado no final dos nomes em função de argumento na língua Tupinambá.

4.4. Conclusão

No presente capítulo, desenvolvemos uma comparação lexical de nomes de animais, de plantas e de elementos da natureza da LGA com os nomes correspondentes do Tupinambá, através da qual pudemos identificar alguns dos mecanismos que levaram a mudanças no léxico do Tupinambá. Um processo freqüente na LGA foi a utilização de

construções sintáticas descritivas para expressar o que antes, em Tupinambá, era expresso por um tema simples ou derivado. Os mecanismos identificados foram basicamente de substituição, algumas vezes por palavras do Português, outras por construções analíticas de origem Tupinambá, e, ainda, substituições por construções calcadas no Português. Os dados analisados mostram uma tendência forte na direção de construções analíticas, mas mostram também que a interferência do Português na LGA era uma interferência moderada, que não comprometia a origem genética da mesma.

Capítulo V – Tipos de mudanças semânticas ocorridas nas palavras do Tupinambá, na versão da LGA registrada por Bettendorff

5.1. Introdução

As principais mudanças lexicais ocorridas na história das línguas têm sido de natureza semântica e os trabalhos existentes sobre este tipo de mudança tem essencialmente tratado de mudanças semânticas de itens individuais. No presente estudo, procedemos a uma comparação de itens lexicais da LGA com os itens correspondentes do Tupinambá, com o objetivo de mostrar qual a natureza e direções das mudanças semânticas ocorridas na primeira, quando começou a se diferenciar da segunda. Consideraremos no estudo deste capítulo a classificação oferecida por Campbell (1998).

5.2. Tipos de mudanças semântica ocorridas na LGA

Com base na classificação de Campbell (1998) já apresentada anteriormente no capítulo I, a cada tipo de mudança semântica ocorrida na LGA foram acrescentados exemplos desta língua:

1) **Extensão:** (generalização, alargamento)

As mudanças semânticas que mais ocorrem na LGA foram casos de extensão de significado. Exemplos de ampliação da LGA são os seguintes:

Em Tupinambá, *patuá* significava uma espécie de cesto de forma retangular. Na LGA este termo foi estendido para designar outros recipientes como ‘arcas’. *Tajáóba* designava uma espécie de planta de folhas largas da família das aráceas, o tajá ou taioba. Na LGA este termo se estendeu para designar ‘couve’, introduzida pelos portugueses. Em Tupinambá, o nome para anta era *tapi’íra*, mas na LGA foi estendido para designar a vaca, acrescido do atributo *cunhã* ‘fêmea’. A palavra *já’wára* em Tupinambá designava a onça, mas foi estendida para designar o cachorro, enquanto que a onça passou a ser referida ora por *jáwára*, ora por *jawára eté*, lit. ‘onça verdadeira’.

Tepotí é a forma para ‘excremento’ com determinante humano, na língua Tupinambá; na LGA estendeu-se para referir também ‘ferrugem’, extensão provavelmente motivada pela semelhança de cor entre o excremento e a ferrugem, ou então pela idéia de excrescência, crescente de dentro pra fora. Em Tupinambá, *’yba* significava ‘pau’, mas na LGA foi estendida para nomear vários objetos feitos de madeira, como ‘mastro’.⁸ *Tapuya* era a palavra usada em Tupinambá para designar índios de outras etnias, prisioneiros potenciais, mas na LGA tomou também o sentido de ‘gentio’. Em Tupinambá, *pixuna* significava ‘escuro’, mas na LGA passou a ser usado para ‘tingir’. *Sekár* em Tupinambá significava ‘procurar’; na LGA passou a significar também ‘adquirir’. *Pysyk* em Tupinambá significava ‘pegar com as mãos’, na LGA passou a significar também ‘aceitar’. No Tupinambá, *kane’õ* significa ‘cansado’, *mokane’õ* significava ‘fazer ficar cansado’, na LGA esse verbo passou a significar também ‘afligir’ e, conseqüentemente, *kane’ónsába* passou a significar ‘aflição’. Na LGA não se destaca mais o sufixo argumentativo, de modo que *saba* ficou sendo uma partícula nominalizadora de circunstância.

⁸ Freire (2004:68) comenta que o dicionário de Stradelli (1929), que versa sobre a LGA do início do século XX falada no Alto rio Negro, registra um recurso que foi utilizado para ressemantizar os nomes tradicionais, em contraste com os novos usos do termo. Quando o referente exige maior precisão, a qualificação funciona como identificador: anta é *tapyíra caápora* (morador da mata) em relação a boi e vaca, que são designados como *tapyíra suaiána* (estrangeiro, europeu) ou *tapyíra suaiauára* (com cauda); cachorro é denominado *iauára mimbaba* (manso, domesticado). No tupinambá do litoral, documentado pelos jesuítas, o funcionamento da partícula *eté* (legítimo) opera como modalizador com o mesmo sentido: *iauár-eté* (onça verdadeira).

A LGA incorporou ainda noções novas, como as que se referem a espaço, tempo e distância: a noção de ano é representada pela palavra *acaiú*, visto que o caju é um fruto que só dá uma vez por ano; a noção de mês é expressa pela palavra *iaci*, pois se relaciona à periodicidade rigorosa das fases lunares. (Freire 2004:68)

2) **Metáfora:**

Ybáréma em Tupinambá designava fruta fedida e na LGA passou a designar também ‘alho’ e ‘cebola’. A expressão *jurupari kybaba* passou a referir ‘centopéia’, formada de *juruparí* ‘personagem mítico identificado com o diabo’ e *kybaba* ‘pente’. Em Tupinambá, *piranha* designava ‘piranha’ (de *pirá* ‘peixe’ + *-ãj* ‘dente’, lit. ‘peixe dentado’). Na LGA, este termo foi transferido para o objeto ‘tesoura’, trazido pelos europeus, devido à semelhança do ‘peixe dentado’ com o objeto; boi e vaca foram denominados de *tapyíra* (anta).

3) **Sinédoque:**

Em Tupinambá, *karuka* significava final da tarde, quando o sol começa a se pôr. Na LGA, esta parte do dia passou a significar o período após o meio dia até o pôr do sol.

4) **Pejoração:**

Um exemplo de degeneração na LGA é a palavra *juruparí*, o qual designava um personagem da mitologia Tupinambá, mas na LGA passou a ser designativa de ‘diabo’. A generalização do termo *juruparí* como designação de diabo é encontrada nas expressões da LGA *juruparí ratá* ‘fogo do diabo’ ou ‘inferno’ (expressão introduzida pelos missionários) e *juruparí ratá póra* ‘os que vivem no inferno’, literalmente ‘conteúdo do inferno’ - trata-se para Bettendorff dos condenados ao inferno. Em *juruparí repotí*, *repoty* significa ‘excremento, cocô’, de modo que o enxofre foi chamado de ‘excremento do diabo’. Temos ainda a palavra para centopéia, *jurupari kybaba*.

5.3 Conclusão

Neste capítulo, procuramos identificar algumas das mudanças de natureza semântica ocorridas nos nomes do Tupinambá, na versão da LGA do século XVII. Os dados comparados forneceram indicações de que essas mudanças se caracterizam como processos de extensão, de metáfora, de sinédoque e de pejoração. Estas são mudanças que podem ocorrer na história de qualquer língua, independentemente de contato lingüístico. Os dados analisados mostram também que essas mudanças foram moderadas, não comprometendo, dessa forma, o desenvolvimento genético da LGA.

Capítulo VI - Mudanças funcionais ocorridas nas posposições do Tupinambá, na versão da LGA

6.1. Introdução

Neste capítulo procedemos a uma comparação das posposições da LGA registradas por Bettendorff (segunda metade do século XVII, com as posposições do Tupinambá registradas por (Rodrigues 2000), com o objetivo de identificar possíveis mudanças funcionais na versão da LGA.

6.2. Comparações das posposições do Tupinambá com as posposições do LGA

Em seu artigo intitulado *Caso em Tupí-Guaraní*, particularmente em Tupinambá, Rodrigues (2000) define caso como sendo: “...um sistema de marcação dos nomes para indicar o tipo de relação que estes têm para com os núcleos dos sintagmas em que ocorrem.” Rodrigues observa que “...em sentido restrito (e mais tradicional), aplica-se o termo às línguas que fazem essa marcação por meio de afixos, como se dá com as declinações do Latim.” Observa ainda que tem-se estendido o uso de caso para a indicação das relações de dependência por meio de adposições (preposições ou posposições) e também por meio de elementos pronominais diferenciados. Segundo Rodrigues, essa era a situação do Latim, do Grego antigo e do Sânscrito, assim como é a das línguas indo-européias modernas que mantêm flexão de caso.

Quanto às línguas da família Tupí-Guaraní, Rodrigues (2000) ressalta que a maioria delas marca os nomes dependentes por meio tanto de sufixos como de posposições, mas ressalta a possibilidade de algumas dessas línguas terem perdido a marcação por sufixos casuais e a tenham substituído inteiramente pelo uso de posposições. Por outro lado, Rodrigues pondera que, em certas línguas, pode observar-se uma situação contrária, com várias posposições tornando-se clíticas e, portanto,

aproximando-se de um estado flexional. Para expressar relações de dependência, o Tupinambá fazia uso de um caso argumentativo, quatro casos de natureza locativa e várias posposições. O quadro seguinte apresenta as posposições descritas para o Tupinambá por Rodrigues (2000) e as posposições da LGA descritas por Bettendorff (ipsis litteris):

Tupinambá		LGA	
Expressão	Relações	Expressão	Relações
<i>supé / pé</i>	dativo, benefactivo: <i>erasó né rúβa supé</i> 'leva a teu pai!' (Fig. 122); <i>aje? éη né rúβ a supé</i> 'já falei com teu pai' (Fig. 122); <i>ajme? éη sjé rúβ a pé</i> 'dei-o a meu pai' (Anch. 42)	<u>çupé</u>	significa aos, ao, às, à: <u>Eraçó coáende paya çupé</u> ; Leva isto a teu pay.
<i>pupé</i>	instrumental, inessivo <i>ajnupã sjé raʔ raíβ írá pupé</i> 'surrei meu filho com um pau' (Fig. 125)	<u>pupé</u>	he o mesmo que ir, com ablativo; vg. <u>Oicoé goyaba iyba pupé</u> ; ou <u>Oicoé goyaba yba pupé yá</u> : Lá estão goiaba, ou fruta na goiabeira. Quando porém se disser em caza, se dirá <u>oca pupé</u> , e não <u>ocapypé</u> isto he dentro em caza. Tambem se ajunta com couza de instrumento: <u>Ainupã xerayra ymirá pupé</u> , Castigo meu filho com uma vara, ou páo.
<i>suí</i>	ablativo, abessivo <i>asém tába suí</i> 'saio da aldeia' (Anch. 43); <i>osó sjé rúβ a sjé suí</i> 'apartou-se meu pai de mim' (lit. 'foi-se...') (Fig. 123); <i>amaʔéʔú né suí</i> 'eu como e tu não', 'eu como sem ti' (Anch. 43)	<u>çui</u>	significa o dos, das, de, do latim; vg. <u>Oca çui xejore</u> , venho de caza.
<i>sosé</i>	superessivo: <i>itá sosé</i> 'sobre uma pedra' (Anch. 43v, Fig. 122); <i>ajkuáβ maʔé né sosé</i> 'sei as coisas mais que você', 'sei melhor que você' (Fig. 122)		
<i>-upí</i>	perlativo: <i>ju) rupí awatá</i> 'ando pelo campo' (Fig. 123)	<u>rupi</u>	significa por, pelo, ou pelos: <u>oçó caá rupi</u> , /foy pelo mato. <u>Ké rupi oçó</u> , /foy por aqui.
<i>-esé / rí</i>	relativo: <i>Ejemosaráj / ume)</i>	<u>recé</u> , ou	significa o mesmo que o

	<i>sjé resé</i> 'não brinque comigo!', 'não zombe de mim!' (Fig. 124)	no relativo <u>cecé</u> :	propter dos latinos; em Portugues por amor: <u>Tupana recé</u> , por amor de Deos. He tambem o mesmo que <i>cum</i> : <u>Omendar oan cunhã recé</u> , Já cazou com huma mulher. <u>Oicó cunhã recé</u> : Faz com huã mulher. Algumas vezes significa por: <u>A Tupã monghetá enderecé</u> , Rogo a Deos por ti. <u>Xe pyá ayb nderecé</u> . Por ti estou aflito. Tambem significa <i>de</i> , <u>Ndereçarai umé xerecé</u> , Não te esqueças de mim. <u>Aicó abárecé</u> . Esta frase tambem significa entender por mal com alguém, ou estar contra elle; vg. <u>Tenhé eicó xerecé</u> , Não estejas contra mim, ou não bullas comigo: <u>Apocoe baé recé</u> . Ainda algumas vezes significa furtar; com tudo a mais pratica, e com uã significação he aplicar ao trabalho: <u>Niranhé apocoe mbaé recé</u> , Ainda não fiz nada. Significa tambem tocar alguma couza honesta, ou desonestamente, ou palpalla: <u>Erepoc icama recé</u> , Pegaste-lhe nos peitos (...).
<i>-eséj</i>	opositivo: defronte, oposto a <i>e/ám sjé reséj</i> 'põe-te defronte de mim'(Anon. 1952:92)		
<i>Posé</i>	junto na mesma rede de (pessoa): <i>osí posé pitáŋ a rúj</i> 'com sua mãe jaz a criança' (Anch. 44)	<u>pocé</u>	comigo, na mesma cama, ou lugar: <u>Xe pocé oker</u> , Dorme comigo na mesma rede, ou lugar em que eu durmo.
<i>koty</i>	diretivo: <i>tapiŋra osó óka kotí</i> 'as vacas foram em direção às casas' (Fig. 12/125)	<u>kety</u>	corresponde ao versus dos latinos: <u>Tapira oçó kety</u> : Os bois foraõ para a banda das cazas.
<i>níbé</i>	comitativo: <i>orosó Pedro ní</i> 'vou com Pedro' (Anch. 44); <i>Peró níbé</i> 'com Pedro' (Anôn. 1952:77)		
<i>paβé</i>	comitativo: <i>orosó Pedro paβ e</i>) 'vou com Pedro' (Anch. 44)	<u>pabé</u>	he o mesmo que a de cima (Irunamo, ou Irumo = comigo. <u>Xe irunamo.</u>); porém cõmummente quer os verbos no

			plural: <u>Yacó pabé</u> , Vamos huns com outros; ou todos de patrulha. <u>Tiaçó xepabé</u> , Vamos ambos, tu comigo.
<i>taté</i>	Deviativo: <i>wirá taté u/ úβ a sów</i> 'a flecha foi desviada do pássaro' (Anch. 40v)		
Tupinambá		LGA	
Expressão	Relações	Expressão	Relações
<i>-ajéj</i>	adversativo: <i>oúr sjé rajéj</i> 'saí-me de través' (Fig. 125)		
<i>-enoné</i>	antes de, anteriormente a: <i>sjé renoné</i> 'antes de mim' (Fig. 122, Anch. 40)	<u>tenondé</u>	antes, ou primeiro: <u>Xerenondé ecoãi</u> , Vai tu antes, ou primeiro que eu vá.
<i>-oβaké</i>	em presença de: <i>sjé roβ aké</i> 'em minha presença' (Fig. 122)	<u>çobaké</u>	em prezença: <u>Xerobaké</u> , em minha prezença.
<i>riré, roiré, ré</i>	depois de: <i>ažé roiré</i> 'depois disso' (Anôn., 1952:100); <i>só riré</i> 'depois de ir' (Anch. 45v); <i>sjé só roiré</i> 'depois de minha ida' (Fig. 125); <i>sjé žéw ré</i> 'depois de meu arrotto', 'depois de eu arrotar' (Anch. 45v)	<u>reiré</u> , ou <u>riré</u>	corresponde ao Postquam dos latinos: <u>Aereiré</u> , depois disso. <u>Açó reiré erecône</u> : Hireis depois de eu ir.
<i>pýri</i>	parte perto, parte próxima	<u>pyri</u>	junto de mim, à minha ilharga: <u>Có ajore ndé apyri</u> , venho ter contigo, ou venho aqui junto, ou ao pé de ti para fallarte, ou dizerte alguã couza. Alguns dizem <u>apyri</u> .

Como mostra o quadro comparativo acima, a maioria das posposições do Tupinambá se manteve na versão da LGA. As posposição *sosé* 'superessivo', *eséj* 'opositivo', *níβé* 'comitativo' e *taté* 'deviativo' não sobreviveram, de acordo com a descrição de Bettendorff. Por outro lado, a LGA desenvolveu duas posposições a partir de estruturas do Tupinambá. Uma delas é a posposição *irúnamo* ~ *irumo*, formada a partir do nome *irũ* 'companheiro', flexionado pelo caso translativo *-ramo* ~ *-mo*, que adquiriu o significado de 'associativo'/'comitativo'. A outra posposição é *rama*, que provavelmente teve como fonte o sufixo 'projetivo' do Tupinambá *rama* 'futuro, que vai ser'.

6.3. Conclusão

Os dados comparados nesta seção mostram que a LGA do século XVII mantinha quase intacto o conjunto de posposições do Tupinambá, com leves mudanças nas formas e funções originais.

A manutenção de temas posposicionais do Tupinambá na LGA constitui importante evidência de que a LGA do século XVII retinha características conservadoras da língua original.

Capítulo VII - Mudanças funcionais ocorridas nos demonstrativos do Tupinambá, na versão da LGA

7.1. Introdução

Neste capítulo, comparamos os pronomes demonstrativos descritos para o Tupinambá por Rodrigues (1981) com os pronomes demonstrativos da LGA do século XVII descritos por Bettendorff. Mostraremos que o sistema de demonstrativos original do Tupinambá já se encontrava bastante modificado na versão da LGA do século XVII, e que as mudanças ocorridas levaram essencialmente à redução e simplificação das funções dêiticas dos demonstrativos do Tupinambá.

7.2. Os demonstrativos do Tupinambá, segundo Rodrigues (1981)

Rodrigues (1981) define os demonstrativos do Tupinambá como elementos de uma subclasse fechada (da classe dos nomes), com certas particularidades de distribuição morfológica e sintática. Segundo Rodrigues (1981: 15), os demonstrativos constituem um sistema que se caracteriza por ser:

...um tanto fragmentário, no qual são relevantes os seguintes componentes semânticos: (a) proximidade do falante, (b) proximidade do ouvinte (c) visibilidade e (d) indeterminação. A oposição próximo/afastado do falante é expressa por raízes específicas, acompanhadas facultativamente (?) de um prefixo *i+*, com exceção da raiz *aypó* 'este, esse (de que falo ou falas, em que penso ou pensas)' na qual essa oposição se neutraliza; a oposição próximo afastado do falante é expressa pelo prefixo *eþo+* 'perto do falante'; a oposição visível/invisível é expressa pelo prefixo *a+* 'invisível'; a indeterminação é expressa pelo prefixo *ma+* 'indeterminado' ou por raízes específicas. Rodrigues (1981: 15)

Rodrigues (1981:15) descreve também quatro afixos que se combinam com as raízes de demonstrativos: o prefixo *i-* 'proximidade do falante', o prefixo *eβo-* 'perto do falante'; o prefixo *a-* 'invisível' e o prefixo *ma-* 'indeterminado'.

Os demonstrativos do Tupinambá podem ter função de:

- a) adjetivos demonstrativos, que acompanham o substantivo.
- b) pronomes demonstrativos, que substituem o nome. Nesse caso, geralmente vêm com o sufixo do caso nominal *-a* ou com o sufixo nominalizador de predicados *-βaʔé*: *o-só* 'ele vai'; *o-só βaʔé* 'o que vai'.

Exemplos dados por Rodrigues que ilustram a combinação de raízes dêiticas com o caso argumentativo são *ʔáŋ* 'este', *ʔáŋa* 'isto'; *kwéy* 'aquele', *kwéybaʔé* 'aquilo'.

Ainda segundo Rodrigues, alguns demonstrativos acumulam as funções dêiticas com funções locativas espaciais e/ou temporais como, por exemplo, *ʔáŋ* 'este, aqui, agora', enquanto outros se flexionam no locativo (pontual e difuso), como *kwéy* 'aquele', *kwéype* 'lá', *kwéyβo* 'por lá'. Rodrigues (1981) ressalta que os demonstrativos do Tupinambá podem ocorrer com o sufixo (+ *eme* ~ + *reme*) do 'subjuntivo' para indicar tempo, como por exemplo, *aʔé* 'esse, aquele', *aʔéreme* 'nesse momento, naquele tempo', enquanto que algumas raízes têm uma só função, como é o caso de *ké* 'aqui'. Finalmente, Rodrigues (1981) acrescenta que as raízes demonstrativas podem nominalizar-se com o sufixo do caso nominal (*-a* ~ *-∅*) ou com o sufixo nominalizador de predicados (*-βaʔé*).

A matriz componencial dos demonstrativos do Tupinambá organizada por Rodrigues (1981) é reproduzida, em seguida, uma vez que é a base para a comparação desenvolvida neste capítulo:

Matriz componencial dos demonstrativos (Rodrigues 1981):

Matriz componencial dos demonstrativos (Rodrigues 1981):

		Próximo do falante	Afastado do falante	
			Próximo do ouvinte	Afastado do ouvinte
Determinado	Visível	kó, ikó ké, iké nã, inã, nán kiβõ	eβokwé eβokwéy emonã, emonán eβowí, ewí eβowíŋ eβanõy	kwé, kwéé kwéy kiβ wí, wíi wíŋ mõ erík
	Invisível	--?áŋ, i?áŋ ---	aypó eβapó	akwé akwéy akó amõ ?é, a?é awã apó anõy
Indeterminado			mi ma?é mamõ manõy umã irã, mirã	

A tabela seguinte reproduz os demonstrativos distribuídos por raízes, organizada por Rodrigues (1981):

<u>kó</u> 'este, aqui (vis.)'	<u>kwé</u> , kwéy 'esse, aquele, aí, lá (vis.)'
ikó 'este (vis.)' kóβαῖρέ 'este, isto (vis.)' ikóβαῖρέ 'este, isto (vis.)' kóβο 'por aqui (vis.)' akó 'esse, aquele (inv.)'	kwéé 'lá longe (vis.)' kwéa 'aquele, aquilo (vis.)' kwééa 'aquilo longe (vis.)' kwéyβαῖρέ 'aquele, aquilo (vis.)' kwééβαῖρέ 'aquilo longe (vis.)' kwépe, kwéype 'lá (vis.)' kwéyβο 'por lá (vis.)', akwé, akwéy 'aquele (inv.)' akwéa 'aquele, aquilo (inv.)' akwéyβαῖρέ 'aquele, aquilo (inv.)' akwéype 'lá (inv.)' akwéyme 'então, antigamente' eβokwé, eβokwéy 'esse, aí (vis.)' eβokwéa 'esse, isso (vis.)' eβokwéyβαῖρέ 'esse, isso (vis.)'
<u>ké</u> 'aqui (vis.)'	<u>ῖρέ</u> 'aquele (cujo nome esqueço)'
iké 'aqui (vis.)'	aῖρέ 'ele, esse (de que falas ou de que te falaram), ali (inv.) aῖρέβαῖρέ 'ele, esse (idem)' aῖρέaῖρέ 'ele, esse (idem)' aῖρέpe 'aí, lá (onde alguém diz) aῖρέreme 'então, nesse momento, naquele tempo, por isso'
<u>ῖάν</u> 'este, aqui, agora (vis. ou inv.)'	<u>mō</u> 'lá' (vis.)
ῖána 'este, isto (vis. ou inv.)' ῖáníβαῖρέ 'este, isto (vis. ou inv.)' ῖáme 'ali (vis.)' iῖána 'este (vis. ou inv.)' iῖáníβαῖρέ 'este, isto (vis. ou inv.)'	amō 'um outro, algum, para lá' (inv.) amōβαῖρέ 'alguma coisa' amōme, amōme 'algumas vezes' amōamōme, amōamōnime, amōnime 'algumas vezes' amōηotí 'além, mais para lá' mamō 'em algum lugar, onde?, para onde?'
<u>kiβō</u> 'cá nestas partes (em contraste com outras muito remotas)'	<u>apó</u> 'aquele, aquilo (cujo nome é esquecido)'
kiβōηotí 'aquém, mais para cá'	eβapó 'aí, lá (onde estás, onde resides: mais remoto que eβowína e eβokwéa)'
<u>aypó</u> 'este, esse (de que falo ou falas, em que penso ou pensas, que sinto ou sentes), aí (inv.)'	<u>nōy</u>
aypóβαῖρέ 'isto, isso (idem)'	anōy 'de lá (inv.)' anōya 'o lado de lá (inv.)' eβanōy 'daí' eβanōya 'aí, essa parte onde estás' manōy 'de onde?'
<u>na</u> , <u>nán</u> 'assim, desta maneira (como	<u>kíβ</u> 'lá muito longe'

eu digo)'			
nãĩ 'assim (idem)' nãneme 'a estas horas' inã 'assim, desta maneira' emonã 'assim, dessa maneira (como tu dizes)' emonána 'isso, essa maneira' emonãnamo 'por isso'			
wĩ, wín 'esse, aquele (vis.)'		irã 'algum dia (futuro)'	
mi		erík	
mípe 'em algum lugar, em algum momento, algum dia' amípe 'algum dia (há mais tempo)'		eríka 'ele, aquele'	
umãme 'onde?'		aẽ 'este, esse, aquele homem, fulano (inv.)'	
umãβaʔé 'qual?'			
wã			
awã 'eles, aqueles (inv.)'			

A seguir, organizamos os demonstrativos citados por Bettendorff na *Gramática Da Língua Geral do Brasil*:

LGA	Glossa
uĩá, uĩae	'aquelles, ou aquellas, aquella, ou aquella, ou aquilo que acolá está'
eboquó, eboqueí	'esse, ou essa, esses, ou essas, ou isso'
aipó	'este, esta, estes, estas, isto; aquilo em que tínhamos fallado'
acói, aquei, aqueioaé	'aquelle, ou aquella, aquellos, ou aquellos aquilo em que tínhamos fallado'
cobé	'eis aqui'
eboqueí	'eis lá vai. Eis ali está'
uieépe, mĩeépe	'aquillo que lá está longe a perder de vista'
ipó	'isso'
có	'esse, esse mesmo'
aécó	'este mesmo he'

Como descrito por Rodrigues (1981), os demonstrativos do Tupinambá contêm várias raízes que se combinam com morfologia específica dessa subclasse, bem como com morfologia casual e com posições, e combinadas com estas últimas adquirem função de advérbios de lugar ou de tempo. São ainda combináveis com o nominalizador de predicados -βaʔé. Por outro lado, o sistema de demonstrativos da LGA, conforme

descrito por Bettendorff, já havia sofrido reduções. Segundo Rodrigues (1986:105), o sistema de demonstrativos do Tupinambá, que era bem complexo e diferenciava formas para ‘este’, ‘aquele invisível’, ‘esse’ etc., se reduziu na LGA mais recente a um sistema de apenas duas formas: kwá ‘este’, iã’ã ‘aquele’. Essa simplificação das formas gramaticais caracteriza o processo sofrido pelo Tupinambá para tornar-se Língua Geral.

Das duas formas *kwé*, *kwéy* ‘afastado do falante e do ouvinte’ do Tupinambá, sobreviveu na LGA do século XVII a forma *aquei* (*quei* flexionado pelo prefixo *a-* ‘invisível’; *aqueioaé* (*aquei* + *oae* (waé) ‘nominalizador de predicados’). Sobreviveu também a forma *co* do Tupinambá *ko* ‘este, aqui (vis.)’, em *cobé* (*co* combinado com a posposição *-pé* ~ *-opé* ‘locativo’ do Tupinambá) e em *acói* ‘aquelle, ou aquella’ (ex: Erecipiae oan acói xe mombeú aequera endéo? vistes já aquilo, que eu te tinha dito?).

Sobreviveu ainda *wĩ* ‘esse, aquele (vis.)’ nas formas *uĩá*, *uĩã*, ‘aquelles, ou aquellas’. A forma *aypó* do Tupinambá ‘este, esse’ (de que falo ou falas, em que penso ou pensas, que sinto ou sentes) foi mantida sem modificações na LGA (ex: aipó dez Tupãna acerecó monhangaba; ou janderecó monhangaba, que he o melhor; ‘estes dez mandamentos, de que acima fallamos’, ‘estes dez mandamentos que fazem a nossa ley’; ou ‘os sobreditos mandamentos.’ Sobreviveu ainda a forma *aé* (ex: aécó – Este mesmo he).

Embora o sistema de demonstrativos original do Tupinambá tenha sido reduzido na LGA, as formas mantidas preservaram os seus respectivos significados originais, conforme a descrição feita por Bettendorff de cada uma delas. Os demonstrativos da LGA também aparecem combinados com posposições e servem de base para a derivação com o sufixo *-βa?é*.

7.3. Conclusão

Neste capítulo, mostramos que a LGA do século XVII mantinha várias formas dos demonstrativos do Tupinambá, embora o sistema original já tivesse sofrido muitas reduções. A comparação dos dados deixa claro que as mudanças ocorridas não contribuem para a visão de que a LGA teria tido uma origem não genética, já que as mudanças implicaram na redução do número de demonstrativos, mas não em mudanças na forma e função destes.

Capítulo VIII – Considerações Finais

Nesta dissertação, procuramos reunir novas evidências lingüísticas que contribuem para substanciar a hipótese de Rodrigues (1986, 1996), de que a LGA é uma versão do Tupinambá que não teve a sua transmissão interrompida, apesar de ter-se desenvolvido em um contexto social marcado pelo contato lingüístico de índios Tupinambá com falantes do Português. De acordo com a hipótese de Rodrigues, as crianças, frutos do cruzamento de mulheres Tupinambá com europeus e com mestiços de tupinambás vindos da costa do Brasil, falavam a língua materna de suas mães Tupinambá. À medida que o processo da colonização da região se ampliava, esta língua passou a sofrer influências gradativas do Português e de línguas nativas da região, mas sem que estas influências descaracterizassem a sua origem genética.

Comparamos termos de parentesco do Tupinambá com termos de parentesco da LGA, considerando que o campo semântico das relações de parentesco é bastante especializado, e que retrata a complexidade das relações sociais de cada cultura. Os resultados da comparação mostraram que a LGA mantinha características importantes da terminologia de parentesco do Tupinambá, depois de aproximadamente cinquenta anos de contato com falantes do Português e com falantes de outras línguas não-Tupí-Guaraní da região amazônica. A principal característica do sistema de parentesco original do Tupinambá refletida nos termos designativos deste sistema, que foi mantido na LGA do século XVII, é o da bilateralidade, em que termos são distinguidos de acordo com o sexo do ego masculino ou feminino. A comparação evidenciou também que a LGA já havia reduzido algumas dessas distinções e que já havia incorporado conceitos da cultura de origem européia, representando-os por termos com significados aproximados, como são os casos de ‘madrinha’ e ‘padrinho’.

Desenvolvemos também uma comparação lexical de nomes de animais, de plantas, de objetos e de elementos da natureza da LGA com os nomes correspondentes do Tupinambá, através da qual pudemos identificar alguns dos mecanismos que levaram a mudanças no léxico do Tupinambá. Verificamos que os mecanismos identificados foram basicamente de substituição, entre os quais o de substituição de palavras da LGA por palavras do Português, o de substituição de construções originais do Tupinambá por

construções analíticas de origem Tupinambá, ou por construções híbridas. Verificamos também que várias das substituições se deram por meio de calques de expressões do Português. Os resultados da comparação evidenciaram uma tendência forte da LGA do século XVII por construções analíticas, mas também constituíram indicações de que a interferência do Português na LGA fora, até o século XVII, uma interferência moderada, que não comprometia a origem genética dessa língua.

Identificamos algumas das mudanças de natureza semântica ocorridas nos nomes do Tupinambá, na versão da LGA do século XVII. Os dados comparados forneceram indicações de que essas mudanças se caracterizam como processos de extensão, de metáfora, de metonímia, de sinédoque e de degeneração. Entretanto, como são mudanças que podem ocorrer na história de qualquer língua, independentemente de contato lingüístico, e como foram quantitativamente moderadas até o final da primeira metade do século XVII, não representam problemas para a hipótese de desenvolvimento genético da LGA.

A comparação do sistema de posposições da LGA com o sistema de posposições do Tupinambá revelou que as mudanças ocorridas na primeira foram mínimas, e que consistiram no desaparecimento de duas formas originais e no desenvolvimento de duas formas novas, mas a partir de construções existentes no Tupinambá.

Por outro lado, a comparação do sistema de demonstrativos da LGA com o sistema de demonstrativos do Tupinambá revelou que, apesar de a LGA ter mantido vários temas originais, assim como várias derivações a partir desses temas, reduziu significativamente o sistema original. Contudo, as reduções não correspondem a mudanças que revelem aprendizagem imperfeita das formas do Tupinambá ou substituições por formas de outras línguas, apenas reduções do número de distinções originais.

O estudo desenvolvido nesta dissertação foi uma primeira tentativa de análise das mudanças lexicais ocorridas na LGA do século XVII, e por ser um trabalho preliminar, tem, naturalmente, limitações. Entretanto, os resultados reunidos constituem significativas evidências de que no início da segunda metade do século XVII, a LGA não possuía características lexicais que corroborassem a visão de que sua origem teria sido não genética. Esses resultados são evidências adicionais para a hipótese defendida por Rodrigues (1985) de que a LGA é um membro do sub-ramo III da família Tupí-Guaraní, e de que a LGA não é uma língua crioula e nem foi criação dos Jesuítas.

Referências Bibliográficas

Anônimo. *Vocabulário na Língua Brasileira*, manuscrito português-tupi do século XVII, 1621, transcrito e prefaciado por Plínio Ayrosa, São Paulo, 1938.

ARAÚJO, Pe. Antonio de. *Catecismo na Língua Brasileira*, Reprodução fac-similar da 1.^a edição (1618). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1952.

BARBOSA, Pe. A. Lemos. *Pequeno Vocabulário Português-Tupi, com um apêndice: Nomenclatura de parentescos*. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1970.

BETTENDORFF, Pe. João Felipe. *Gramatica Da Lingua Geral do Brasil - Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita Língua*, manuscrito da segunda metade do século XVII.

_____. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém: Fundação Cultural do Pará/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990 [1910].

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria lingüística (Teoria Lexical e lingüística computacional)*. Martins Fontes, 2^a ed. São Paulo, 2001.

BLOOMFIELD, L. *Language*. Holt, New York, 1933.

CABRAL, A. S. A. C. *Algumas observações sobre a história social da Língua Geral Amazônica*. In: SIMÕES, M. do S. *Memória e Comunidade: Entre o rio e a floresta*. Belém: Gráfica Universitária/UFPA, 2000.

_____. *Sobre a contribuição dos missionários jesuítas na expansão e consolidação da Língua Geral Amazônica*.(ms), 2004.

CAMPBELL, Lyle. *Historical Linguistics – An Introduction*. Edinburgh University Press, Edinburgh, 1998.

FAULSTICH, Enilde L. de J. *Lexicologia, a linguagem do noticiário policial*. Horizonte, Brasília, 1980.

_____. *Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua*. Conferência magistral apresentada no VI Simpósio da Rede Iberoamericana de Terminologia [RITERM], em Havana, Cuba, no dia 17 de novembro de 1998.

FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. 2ª Edição revista e ampliada, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel – a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, Atlântica, 2004.

FELIX, Maria Ivanete Santana. *A Língua Geral Amazônica: contribuição para o estudo de suas variedades dialetais faladas ao longo do rio Amazonas e seus tributários, no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2002.

RODRIGUES, A. D. *Estrutura do Tupinambá* (ms), 1981.

_____. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola., 1986.

_____. *Relações internas na família lingüística Tupi-Guarani*. Revista de Antropologia, v. 27, p. 33-53, São Paulo, 1985.

_____. *As línguas gerais sul-americanas*. Papia 4(2), 1996.

_____. *Argumento e predicado em Tupinambá*. ABRALIN, Boletim da Associação Brasileira de Lingüística, p. 57-66, 1996.

_____. *Caso em Tupí-Guaraní, particularmente em Tupinambá*. In: CONGRESSO DA ANPOLL, 13, Niterói, Síntese 2000. Anais, Niterói: ANPOLL, 2000.

_____. Língua Geral Amazônica e Português: contrastes e convergências. Trabalho apresentado durante a 52ª Reunião Anual da SBPC, dentro da programação da ABRALIN, realizada em Brasília, em julho de 2001, na UFBA.

_____. Línguas Indígenas: 500 Anos de Descobertas e Perdas. *DELTA*, São Paulo, v. 9, n.º 1, 83-103, 1993.

THOMASON, Sarah Grey e KAUFMAN, Terrence. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Califórnia, University of Califórnia Press, 1988.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: Uma introdução à ciência do significado*. 4ª ed. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1964.

WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. *O Parentesco Tupi-Guarani*. Boletim do Museu Nacional, N. 6, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1946.